



Sexta-feira, 28 de Fevereiro de 2014

III Série – N.º 41

# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 550,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, [www.impresanacional.gov.ao](http://www.impresanacional.gov.ao) - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA	
	Ano
As três séries	... Kz: 470 615.00
A 1.ª série	... Kz: 277 900.00
A 2.ª série	... Kz: 145 500.00
A 3.ª série	... Kz: 115 470.00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

### SUMÁRIO

SECIL ANGOLA — Investimentos e Participações, S. A.

Portugangol, Limitada.

FTN — Global Soluções, Limitada.

Go Out Club, Limitada.

Divinity Corporation, Limitada.

C. A. P. H. V. — Cooperativa Agro-Pecuária Havemos de Voltar.

CABTEC — Mãos à Obra, Limitada.

Civil, Limitada.

E. S. Tula Utima, Limitada.

Chissuka Arlete & Irmãos, Limitada.

Lufe, Limitada.

R.B. & Nelson, Limitada.

Afonservd, Limitada.

MARY — Jany Business, Limitada.

Franessa, Limitada.

Organizações M. Garcia & Filhos, Limitada.

Supermercados Alimenta, Limitada.

Favetec, Limitada.

AELSON — Boa Esperança, Limitada.

EDUARDO CATOTI & DOMINGOS SAPALO — Construção,

Comércio e Agro-Pecuária, Limitada.

NORSOLDA — Angola, Limitada.

Praça Livre, Limitada.

Camilo Gonçalves e Filhos, Limitada.

Afroluxus, Limitada.

Cabeleireiro Flor de Lotes, Limitada.

DAVIGOMES TRADING — Comércio Geral, Limitada.

P.V.K. — Contabilidade e Auditoria, Limitada.

Triple WV, Express, Limitada.

Kienexinda, Limitada.

One Vision, Limitada.

AMV — Empreendimentos (SU), Limitada.

Conde Sekou, Limitada.

Firma Tchiquelo Comercial, Limitada.

SPQ-Oil & Gás, Limitada.

SETBIT — Serviços e Formação, Limitada.

KHB, Limitada.

GERSON CIPRIANO — Estação de Serviços (SU), Limitada.

Complexe Scolaire Les Elus, Limitada.

Conservatória dos Registos da Comarca do Kwanza-Sul, ~~Sambe~~.

«Norberto de Jesus Ferreira».

«J.V.M. Mult-Service».

Conservatória do Registo Comercial de Luanda.

«Barraca Network Services».

«Video Canab» e «Funerária S. Cristóvão».

Conservatória dos Registos da Comarca de Cabinda.

«Coofis».

«Organizações F. C. A.».

«Augusto Nsundi Mungongo».

«Organizações Anpha».

«Casa Kanga».

«Casa Comercial Kiese».

Conservatória do Registo Comercial Huambo — SIAC.

«FESTO DE CAMPOS — FC, Prestação de Serviços».

«M. A. F. Comercial».

«Albano Domingos».

«FIRMA — A.B.C.C Ucuandongo Comercial».

Conservatória dos Registos da Comarca do Bié.

«Formil — Comercial».

«Peva — Comercial».

«Juvan — Comercial».

«Kavelavela — Comercial».

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — SIAC.

«Julieta António — Comercial».

«DELFAR — Fábrica de Arcas e Urnas Fúnebres».

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cacuaco, a 1 de Outubro de 2013. — A Conservadora,  
*Francisca Fernandes Marta de Carvalho.* (13-20886-B03)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cacuaco

### CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob Apresentação n.º 0001.130320;
- Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Francisco Tamango Chilala, com o NIF 2456029518, registada sob o n.º 2013.1066;
- Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Francisco Tamango Chilala;

Identificação Fiscal: 2456029518;

AP.1/2013-03-20 Matrícula

Francisco Tamango Chilala, solteiro, maior, residente em Luanda, Bairro e Município de Cacuaco, que usa a firma o seu nome, exerce outras actividades conexas à informática, tem o escritório e estabelecimento denominado «Francisco Tamango Chilala», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cacuaco, aos 22 de Maio de 2013. — A Conservadora,  
*Francisca Fernandes Marta de Carvalho.* (13-20887-B03)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cacuaco

### CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob Apresentação n.º 0002.130320;
- Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Assunção Mariano Moisés, com o NIF 2456029534, registada sob o n.º 2013.1067;
- Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Assunção Mariano Moisés;

Identificação Fiscal: 2456029534;

AP.2/2013-03-20 Matrícula

Assunção Mariano Moisés, solteiro, maior, residente em Luanda, Bairro e Município de Cacuaco, que usa a firma o

seu nome, exerce outras actividades de serviços conexas à informática, tem o escritório e estabelecimento denominado «Assunção Mariano Moisés», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cacuaco, aos 22 de Maio de 2013. — A Conservadora,  
*Francisca Fernandes Marta de Carvalho.* (13-20888-B03)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cacuaco

### CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob Apresentação n.º 0008.211003;
- Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Germana Maria Miguel, com o NIF 2456021223, registada sob o n.º 2012.691;
- Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Germana Maria Miguel;

Identificação Fiscal: 2456021223;

AP.8/2012-10-03 Matrícula

Germana Maria Miguel, solteira, maior, residente em Luanda, Bairro Vidrul, Município de Cacuaco, que usa a firma o seu nome, exerce outras actividades de serviços n.e., tem o escritório e estabelecimento denominado «Germana Maria Miguel», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cacuaco, aos 3 de Outubro de 2012. — A Conservadora,  
*Francisca Fernandes Marta de Carvalho.* (13-20889-B03)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cacuaco

### CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob Apresentação n.º 0004.120802;
- Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Hamilton Otaniel Pinto da Silva, com o NIF 2456005902, registada sob o n.º 2012.440;
- Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Hamilton Otaniel Pinto da Silva;

Identificação Fiscal: 2456005902;

AP.4/2012-08-02 Matrícula

Hamilton Otaniel Pinto da Silva, solteiro, maior, residente em Luanda, Bairro Kifangondo, Município de Cacucaco, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de pastelaria, tem o escritório e estabelecimento denominado «Hamilton Otaniel Pinto da Silva», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Cacucaco, aos 10 de Agosto de 2012. — A Conservadora, *Francisca Fernandes Marta de Carvalho*. (13-20890-B03)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cazenga**

**CERTIDÃO**

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0028.130619;
- c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Maiomona Molonga, com o NIF 2453030892, registada sob o n.º 2013.2282;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Maiomona Molonga;

Identificação Fiscal: 2453030892;

AP.28/2013-06-19 Matrícula

Maiomona Molonga, solteira, maior, residente em Luanda, Município e Bairro Cazenga, Rua da Lili, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio, tem o escritório e estabelecimento denominado «Maiomona — Comercial», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Cazenga, aos 30 de Setembro de 2013. — A Conservadora, *Francisca Fernandes Marta de Carvalho*. (13-20891-B03)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cazenga**

**CERTIDÃO**

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0024.130619;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual, Ananias de Sousa Pedro, com o NIF 2453030507, registada sob o n.º 2013.2278;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Ananias de Sousa Pedro;

Identificação Fiscal: 2453030507;

AP.24/2013-06-19 Matrícula

Ananias de Sousa Pedro, solteiro, maior, residente em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Tala Hadi, Rua M, Casa n.º 35, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio, tem o escritório e estabelecimento denominado «Ananias de Sousa Pedro — Comercial», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Cazenga, aos 30 de Setembro de 2013. — A Conservadora, *Francisca Fernandes Marta de Carvalho*. (13-20893-B03)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cazenga**

**CERTIDÃO**

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0026.130619;
- c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Felismina Afonso Neto, com o NIF 2453028642, registada sob o n.º 2013.2280;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Felismina Afonso Neto;

Identificação Fiscal: 2453028642;

AP.26/2013-06-19 Matrícula

Felismina Afonso Neto, solteira, maior, residente em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Hoji-ya-Henda, Rua do Muxico, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de fabricação de gelados e sorvetes, tem escritório e estabelecimento denominado «Felismina Neto — Comercial», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Cazenga, aos 30 de Setembro de 2013. — A Conservadora, *Francisca Fernandes Marta de Carvalho*. (13-20895-B01)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cazenga**

**CERTIDÃO**

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0018.130619;

## ARTIGO 11.º

O exercício social coincide com o ano civil, encerrando a 31 de Dezembro de cada ano.

## ARTIGO 12.º

Os presentes Estatutos regem-se pela Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais, e outras disposições legais.

## ARTIGO 13.º

1. Qualquer diferendo entre os sócios ou entre estes e a sociedade será resolvido amigavelmente por acordo.

2. Caso falhe a resolução amigável, o diferendo poderá ser submetido a arbitragem por qualquer das partes.

3. A arbitragem será conduzida de acordo com as regras de arbitragem da UNCITRAL em vigor.

4. O tribunal será composto por três membros, um nomeado pela requerente (ou requerentes caso exista mais de que um), outro pela requerido (ou requeridos caso exista mais de que um) e o terceiro, que desempenhará as funções de árbitro-presidente, escolhido de comum acordo pelos árbitros que as requerente(s) e requerida(s) tiverem designado o tribunal considera-se constituído na data em que o terceiro árbitro aceitar a sua nomeação e o comunicar a todas as partes em disputa.

5. Para efeitos das regras de arbitragem da UNCITRAL, o tribunal internacional de arbitragem da Câmara de Comércio Internacional actuará como autoridade nomeadora.

6. O tribunal arbitral terá a sua sede jurídica em qualquer país estrangeiro que seja parte da Convenção de Nova Iorque de 1958 sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, conforme vier a ser por si determinado.

7. A instância arbitral será conduzida em língua portuguesa e/ou língua inglesa, conforme vier a ser decidido pelo tribunal arbitral após a sua constituição.

8. O tribunal arbitral julgará de acordo com a lei material angolana e, subsidiariamente, os princípios aplicáveis do direito internacional.

9. As decisões e sentenças do tribunal arbitral são finais e vinculativas, e delas não cabe recurso. As partes na arbitragem renunciam e não poderão invocar qualquer imunidade ou privilégio que possam ter às decisões e sentenças do tribunal arbitral, obrigando-se a cumprir prontamente com as mesmas nos precisos termos em que forem proferidas.

10. A decisão arbitral estabelecerá ainda qual das partes deve suportar os custos da arbitragem e em que proporção.

## ARTIGO 14.º

1. A sociedade iniciará a sua actividade na data da sua constituição, tendo os gerentes os necessários poderes para movimentar as contas da sociedade e proceder ao levantamento total ou parcial do capital social depositado para pagamento das despesas de constituição, de registo e de publicação, para a aquisição dos bens móveis e imóveis e direitos e/ou para celebração de contratos de arrendamento e

de locação financeira ou outros necessários ao início da actividade e para todos os fins relacionados com o exercício da actividade da sociedade, nos termos do artigo 308.º da Lei das Sociedades Comerciais.

2. Consideram-se adquiridos pela sociedade os direitos e por ela assumidas as obrigações de correntes de negócio jurídicos que, nos termos do número anterior, em seu nome, sejam celebrados pelos gerentes a partir da data da sua constituição e antes de efectuado o seu registo definitivo na conservatória comercial, ficando, para o efeito, concedida a necessária autorização.

(14-0765-L15)

## FTN — Global Soluções, Limitada

Certifico que, por escritura de 30 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folhas 49, do livro de notas para escrituras diversas n.º 4, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Luís Praia Maiela Jovelino, solteiro, maior, natural de Luanda, residente habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Valódia, Avenida Comandante Valódia, n.º 214, 6.º andar, Apartamento 68-H, que outorga neste acto na qualidade de procurador e em representação do sócio Afonso Silva Kitomba da Cunha, casado com Rosa Maria Maiela Jovelino da Cunha, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Luanda, residente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Farol das Lagostas;

*Segundo:* — Filipe Tutala Nanga, casado com Filomena Domingos Moniz Nanga, sob regime de comunhão de adquiridos, natural do Rangel, Província de Luanda, residente em Luanda, Município de Belas, Distrito do Kilamba Kiayi, Bairro Camama, Rua B, Casa n.º 42;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 30 de Dezembro de 2013. — O ajudante, *ilegível*.

## ESTATUTOS DA SOCIEDADE

### FTN — GLOBAL SOLUÇÕES, LIMITADA

## ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «FTN — Global Soluções, Limitada», com sede social em Luanda, Rua Kwanza, Edifício n.º 39, 8.º andar, Bairro Centralidade do Kilamba, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem



como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social tecnologia de informação, telecomunicações, informática, construção civil e obras públicas, exploração mineira e florestal, representações, agro-pecuária, prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, indústria, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 120.000,00 (cento e vinte mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Afonso Silva Kitomba da Cunha e outra quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Filipe Tutala Nanga, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Afonso Silva Kitomba da Cunha, que desde já fica nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(14-0766-L15)

**Go Out Club, Limitada**

Certifico que, por escritura de 2 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 57, do livro de notas para escrituras diversas n.º 4, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro, a cargo da Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Eugénio Van-Dúnem João Diogo, solteiro, maior, residente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Operário, Rua de Benguela, Casa n.º 368, que outorga neste acto por si individualmente e em nome e representação de seu filho menor Daniel Ducher Fernandes Diogo, de 1 ano de idade, natural de Luanda e consigo convivente;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro, em Luanda, aos 2 de Janeiro de 2014. — A ajudante, ilegível.

## ESTATUTOS DA SOCIEDADE GO OUT CLUB, LIMITADA

### ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Go Out Club, Limitada», com sede social em Luanda, Rua Incutal, Casa n.º 52, Bairro Estalagem, Município de Viana, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

### ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

### ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social prestação de serviços, hotelaria e turismo, comércio geral a grosso e a retalho, indústria, pescas, agro-pecuária, agricultura, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, compra e venda de móveis e imóveis, modas e confecções, transportes, marítimo, aéreo e terrestre, camionagem, transitários, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas e de ocasião ou usadas, aluguer de viaturas com ou sem condutor, transportes de passageiros ou de mercadorias, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

### ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), correspondente a 60%, pertencente ao sócio Eugénio Van-Dúnem João Diogo e outra quota no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), correspondente a 40%, pertencente ao sócio Daniel Ducher Fernandes Diogo.

### ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

### ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Eugénio Van-Dúnem João Diogo, que desde já fica nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

### ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

### ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

### ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

### ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

### ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

### ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissão regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(14-0767-L15)

**Divinity Corporation, Limitada**

Certifico que, por escritura de 6 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 61, do livro de notas para escrituras diversas n.º 4, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Erickson Mvezi, solteiro, maior, natural de Luanda, residente habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Samba, Bairro Futungo, Casa n.º 17;

*Segundo:* — Domilda Andrea Salvador Merino, solteira, maior, natural de Luanda, residente habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro dos Coqueiros, Rua Manuel Fernandes Caldeira, n.º 23, 9.º andar, Apartamento 92, que outorga neste acto em nome e representação de seu filho menor Harley Gabriel Merino, de 3 anos de idade, natural de Luanda, e consigo convivente;

*Terceiro:* — Mputu Macamo Bula, solteiro, maior, natural de Luanda, residente habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Ngola Kiluange, Rua do Bengo, Casa n.º 20;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 6 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTOS DA SOCIEDADE  
DIVINITY CORPORATION, LIMITADA**

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Divinity Corporation, Limitada», com sede social em Luanda, Avenida 21 de Janeiro, Casa n.º 17, Bairro Futungo, Distrito Urbano da Samba, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, hotelaria e turismo, comércio geral a grosso e a retalho, indústria, pescas, agro-pecuária, agricultura, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, compra e venda de móveis e imóveis, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre, camionagem, transitários, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas e de ocasião ou usadas, aluguer de viaturas com ou sem condutor, transportes de passageiros ou de mercadorias, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), correspondente a 70%, pertencente ao sócio Erickson Mvezi, e 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas), correspondente a 15%, cada uma, pertencentes aos sócios Harley Gabriel Merino e Mputu Macamo Bula, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Erickson Mvezi, que desde já fica nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.
2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

## ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

## ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

## ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os sobreviventes e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

## ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em bloco, com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

## ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

## ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

## ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

## ARTIGO 14.º

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(14-0777-L15)

**C. A. P. H. V. — Cooperativa Agro-Pecuária  
Havemos de Voltar**

No dia 13 de Novembro de 2013, perante mim, Cecília Lando Panzo Maimbi, Ajudante Principal, deste Cartório

Notarial, sito na Rua das Forças Armadas, na Cidade de Cabinda, compareceram como outorgantes:

*Primeiro:* — Marcos Bongo, solteiro, maior, natural de Buco-Zau, Cabinda, residente habitualmente em Cabinda, no Bairro Comandante Gika, titular do Bilhete de Identidade n.º 001363974CA032, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos 17 de Junho de 2004;

*Segundo:* — Maria Francisca Cumba, solteira, maior, natural de Buco-Zau, Cabinda, residente habitualmente em Cabinda, no Bairro Tenente Coronel Kimba, titular do Bilhete de Identidade n.º 000424453CA035, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos 18 de Julho de 2013;

*Terceiro:* — Maria da Conceição Simba Mambo, solteira, maior, natural de Buco-Zau, Cabinda, residente habitualmente em Cabinda, no Bairro 1.º de Maio, titular do Bilhete de Identidade n.º 000108254CA018, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal em Luanda, aos 24 de Março 2011;

*Quarto:* — José Sebastião Massuela Bongo, solteiro, maior, natural de Cabinda, residente habitualmente em Cabinda, no Bairro Comandante Gika, titular do Bilhete de Identidade n.º 005018172CA041, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal em Luanda, aos 3 de Setembro de 2010;

*Quinto:* — Paulo Chiuima, solteiro, maior, natural de Buco-Zau, Cabinda, residente habitualmente em Cabinda, no Bairro A Vitória é Certa, titular do Bilhete de Identidade n.º 000969035CA031, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos 17 de Julho de 2003;

*Sexto:* — Lucas Maurício Damba, solteiro, maior, natural de Miconge-Belize, Cabinda, residente habitualmente em Cabinda, no Bairro Comandante Gika, titular do Bilhete de Identidade n.º 000163483CA039, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos 3 de Julho de 2013;

*Sétimo:* — Erdione Massuela, solteira, maior, natural de Buco-Zau, Cabinda, residente habitualmente em Cabinda, no Bairro Comandante Gika, titular do Bilhete de Identidade n.º 002222220CA034, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos 28 de Junho de 2006.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos referidos bilhetes de identidade, as qualidades em que todos intervêm e as suficiências dos seus poderes para este acto, verifiquei-as pelos documentos no fim mencionados.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura e no uso dos poderes que lhes foram conferidos em Assembleia Geral, constituem entre si uma cooperativa agro-pecuária com a denominação «Cooperativa Agro-Pecuária Havemos de Voltar» abreviada-

mente «C.A.P.H.V.», com sede no Município de Buco-Zau, Província de Cabinda.

Que, a cooperativa agro-pecuária tem por objecto social o previsto no artigo 6.º, dos seus estatutos e, reger-se-á pelos artigos constantes dos mesmos estatutos, que é um documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2, do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura, cujo conteúdo, eles outorgantes, declaram ter pleno conhecimento pelo que, fica dispensado a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Arquivo:

- a) Documento complementar que atrás se faz alusão;
- b) Certidão Negativa, emitida pela Delegação Provincial do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, em Cabinda, aos 5 de Novembro de 2013.

Escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo, bem como a advertência da obrigatoriedade de proceder o registo deste acto, no prazo de três meses a contar de hoje.

## ESTATUTO DA C. A. P. H. V. — COOPERATIVA AGRO-PECUÁRIA HAVEMOS DE VOLTAR

### CAPÍTULO I

#### Denominação, Prazo de Duração, Sede, Área de Acção e Ano Social

##### ARTIGO 1.º (Disposições gerais)

A «Cooperativa Agro-Pecuária Havemos de Voltar», é uma organização representativa dos interesses dos camponeses, que surge por vontade própria dos seus membros com finalidade de contribuir para o desenvolvimento económico e social da sua comunidade, sem fins lucrativos de duração indeterminada, com sede e Foro na Província de Cabinda, Município de Buco-Zau, Comuna Sede, tendo o seu exercício social coincidente com o ano social conforme disposições legais.

##### ARTIGO 2.º (Natureza jurídica)

A «Cooperativa Agro-Pecuária Havemos de Voltar», é uma pessoa colectiva dotada de personalidade jurídica própria e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

##### ARTIGO 3.º (Composição)

A «Cooperativa Agro-Pecuária Havemos de Voltar» é composta pelos camponeses que integram residentes na comunidade da Comuna Sede, a qual toma o carácter local.

##### ARTIGO 4.º (Dos objectivos)

A «Cooperativa Agro-Pecuária Havemos de Voltar», tem como objectivo, contribuir para a produção e desenvolvimento económico e solidariedade social e cultural dos camponeses em particular e do meio rural em geral, e reger-se por estes estatutos e por demais legislação em vigor na República de Angola.

### CAPÍTULO II Dos Membros

##### ARTIGO 5.º (Admissão de membros)

Podem ser membros da «Cooperativa Agro-Pecuária Havemos de Voltar», pessoas nacionais ou estrangeiros residentes na comunidade da Comuna Sede que aceitam os estatutos.

##### ARTIGO 6.º (Categoria dos membros)

Os membros da «Cooperativa Agro-Pecuária Havemos de Voltar», podem ter as seguintes categorias:

- a) Membros Fundadores;
- b) Membros Efectivos;
- c) Membros Honorários.

##### ARTIGO 7.º (Condição de admissão de membros)

1. O regulamento interno definirá as condições para admissão de membros.

##### ARTIGO 8.º (Deveres dos membros)

1. São deveres dos membros da «Cooperativa Agro-Pecuária Havemos de Voltar», de entre outros os seguintes:
  - a) Contribuir para bom funcionamento da cooperativa;
  - b) Conhecer e cumprir os estatutos e regulamentos internos, bem como as orientações dimanadas pelos órgãos superiores;
  - c) Pagar pontualmente as suas quotas;
  - d) Desempenhar com zelo e dedicação as funções para as quais for eleito ou indicado.

##### ARTIGO 9.º (Direitos dos membros)

1. Os membros da Cooperativa Agro-Pecuária Havemos de Voltar, têm os seguintes direitos:
  - a) Participar na Assembleia Geral de direcção;
  - b) Eleger e ser eleito para os cargos de direcção;
  - c) Ter direito a todos os serviços, benefícios e outros bens conferidos no artigo anterior com excepção do disposto na alínea b).

##### ARTIGO 10.º (Perda de qualidade de membro)

1. A qualidade de membro perde-se nas seguintes condições:



- a) Por demissão;
- b) Por exclusão;
- c) Por Dissolução.

2. O regulamento interno definirá as modalidades do cumprimento do ponto 1.

3. Os membros da «Cooperativa Agro-Pecuária Havemos de Voltar», podem solicitar a sua demissão por escrito em carta dirigida ao Presidente da Direcção Executiva sem prejuízo pelo cumprimento das suas obrigações.

### CAPÍTULO III

#### Do Património e Fundos

1. O património da «Cooperativa Agro-Pecuária Havemos de Voltar» é formado por todos bens existentes no acto da sua constituição e pelo os que vieram a ser adquiridos, devendo em cada ano ser actualizado o respectivo inventário.

2. A proveniência e utilização dos fundos serão estabelecidos no regulamento interno.

### CAPÍTULO IV

#### Dos Órgãos Sociais

##### SECÇÃO I

##### Princípios Gerais

##### ARTIGO 11.º

##### (Órgãos sociais)

1. Os órgãos sociais da «Cooperativa Agro-Pecuária Havemos de Voltar».

2. São:

- a) Assembleia Geral,
- b) Mesa da Assembleia Geral;
- c) Direcção Executiva;
- d) Conselho Fiscal.

##### SECÇÃO II

##### Assembleia Geral

##### ARTIGO 12.º

##### (Definição e composição da Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral é o órgão supremo da «Cooperativa Agro-Pecuária Havemos de Voltar», é constituído por todos membros em pleno gozo dos seus direitos.

As suas decisões tomadas de harmonia com os presentes estatutos, são de cumprimento obrigatório por todos membros e reúne-se ordinariamente uma vez por ano.

##### SECÇÃO III

##### Da Direcção Executiva

##### ARTIGO 13.º

##### (Composição)

1. A Direcção é o órgão executivo e de implementação das actividades da Cooperativa e é dirigida por um Presidente.

2. A Direcção Executiva é eleita pela Assembleia Geral, por um período de quatro anos, podendo ser reeleita por mais mandatos.

3. A Direcção Executiva é composta por três membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

4. O Presidente da Direcção Executiva é o Presidente da Cooperativa.

5. As deliberações da Direcção Executiva são tomadas por maioria simples dos votos.

6. Por deliberação da Assembleia Geral sob voto de pelo menos três quatro dos membros efectivos e fundadores no pleno gozo dos seus direitos.

7. Dissolvida a Cooperativa, a Assembleia Geral definirá o destino do património e designará uma comissão liquidatária para o efeito.

##### ARTIGO 14.º

##### (Dos símbolos)

A «Cooperativa Agro-Pecuária Havemos de Voltar» tem como símbolo, um emblema e uma bandeira aprovados pela Assembleia Geral e são utilizados de acordo com o estabelecido no regulamento interno.

##### ARTIGO 15.º

##### (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultante da interpretação destes estatutos, serão resolvidas pela Assembleia Geral.

(14-0797-L14)

### CABTEC — Mãos à Obra, Limitada

Certifico que, a folhas 12 verso a 14 verso, do livro de notas para escrituras diversas n.º A-3, deste Cartório Notarial/Loja dos Registos de Cabinda, a cargo de José Chiumbo, Notário, se acha lavrada a escritura com o seguinte teor:

Constituição da sociedade «CABTEC — Mãos à Obra, Limitada».

No dia 15 de Novembro de 2013, no Cartório Notarial/Loja dos Registos de Cabinda, perante mim, José Chiumbo, Notário deste Cartório, compareceram como outorgantes:

*Primeiro:* — Hélder Luís Campos Armindo, solteiro, maior, natural de Cabinda, Província de Cabinda, onde reside, no Bairro Marien Ngouabi, titular do Bilhete de Identidade número zero, zero, zero, três, um, dois, dois, seis, seis, CA, zero, trinta e cinco, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil e Criminal de Cabinda, aos 30 de Janeiro de 2009;

*Segundo:* — José Luís Armindo Ruivo, casado com Delfina do Rosário Campos, em regime de separação de bens, natural de Cabinda, residente em Cabinda, no Bairro Marien Ngouabi, titular do Bilhete de Identidade número zero, zero, zero, um, zero, oito, nove, três, três, CA, zero, vinte e quatro, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil e Criminal de Cabinda, aos 8 de Outubro de 2010;

*Terceiro:* — Faustino Mafuta, solteiro, maior, natural de Buco Zau, Província de Cabinda, residente em Cabinda, no Bairro Comandante Gika, titular do Bilhete de Identidade número zero, zero, zero, cinco, oito, nove, quatro, um, um, C, A, zero, trinta e um, emitido pelo Arquivo de

Identificação Civil e Criminal de Cabinda, aos 15 de Maio de 2012.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos referidos documentos.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura, constituem entre si, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «CABTEC — Mãos à Obra, Limitada», com sede em Cabinda, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas) pertencente ao sócio, Hélder Luís Campos Armindo, outra quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente ao sócio, José Luís Armindo Ruivo e por último uma quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas) pertencente ao sócio Faustino Mafuta.

Que, a sociedade tem por objecto social o previsto no artigo terceiro do seu estatuto e reger-se-á pelos artigos constantes do mesmo estatuto, que é um documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2, do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura, cujo conteúdo, eles outorgantes, declaram ter pleno conhecimento, pelo que fica dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Arquivo:

- a) Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- b) Certidão emitida pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais, em Luanda, aos 9 de Outubro de 2013;
- c) Fotocópia dos bilhetes de identidade.

Esta escritura foi lida aos outorgantes e, explicado o seu conteúdo, bem como a advertência da obrigatoriedade do Registo deste acto, no prazo de 90 dias a contar de hoje.

Assinado: Hélder Luís Campos Armindo, José Luís Armindo Ruivo, Faustino Mafuta. — O Notário, José Chiumbo.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original à que me reporto. Cartório Notarial/Loja dos Registos de Cabinda, aos 26 de Novembro de 2013. — O Notário, José Chiumbo.

Total de Kz: 3.618,00.

Conta registada sob o n.º 120/2013. — Sandra Ngongo.

## ESTATUTO DA SOCIEDADE CABTEC — MÃOS À OBRA, LIMITADA

### ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «CABTEC — Mãos à Obra, Limitada», tem a sede em Cabinda, no Bairro Marien Ngouabi, podendo transferi-la livremente para qual-

quer local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

### ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

### ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o exercício das actividades de comércio geral, grosso e a retalho, prestação de serviços e representações, indústria ligeira e pesada, hotelaria e turismo, transportes e telecomunicações, *rent-a-car*, consultadoria e gestão, pescas e ambiente, pecuária, venda de inertes, exploração florestal, venda de derivados de petróleo, concessionário, construção civil e obras públicas, desinfestação de residências, gestão de empreendimentos, educação e ensino, segurança privada, incubadora de negócios formação profissional, fiscalização e inspecção de obras, venda de viaturas novas e usadas e seus acessórios, informática, assistência técnica, gestão de empreendimentos imobiliários, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

### ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Hélder Luís Campos Armindo, outra no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente ao sócio José Luís Armindo Ruivo, uma outra no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Faustino Mafuta, respectivamente.

### ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade à qual é sempre reservado o direito de preferência aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

### ARTIGO 6.º

A gerência e a administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Hélder Luís Campos Armindo, que desde já fica nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura, para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhantes.

### ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva forma-

lidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

## ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

## ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento dos sócios, continuando a sua existência com os sobreviventes e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

## ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

## ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

## ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Cabinda, com expressa renúncia a qualquer outro.

## ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

## ARTIGO 14.º

No omissso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-0798-L14)

**Cfvil, Limitada**

Faustino Yulombo, na qualidade de Conservador de 3.ª Classe, da Conservatória dos Registos do Huambo.

Identificação dos intervenientes:

- a) Nome: Luís Gustavo Guimarães Vieira;
- b) Estado civil: solteiro;
- c) Natural: da Ingombota, Luanda;
- d) Residente: no Huambo, Município Sede, Bairro Kapango Urbano;

e) Titular do Bilhete de Identidade n.º 002552270LA037, emitido aos 20 de Março de 2012;

f) Nome: Fernando Chicucuala Cangombe;

g) Estado Civil: solteiro;

h) Natural: de Huambo, Município do Huambo;

i) Residente: no Huambo, Município Sede, Bairro Calomanda;

j) Titular do Bilhete de Identidade n.º 000616871HO034, emitido aos 23 de Janeiro de 2012.

Verifiquei a identidade dos intervenientes pela exibição dos referidos bilhetes de identidade, respectivamente, e disseram os outorgantes:

Que pelo presente acto, constituem entre si:

## 1.º

A sociedade comercial que adopta a denominação de «Cfvil, Limitada», com sede na Província do Huambo, Comuna Sede, Bairro Santa Iria, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País. NIF 5127000440.

## 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração do presente acto de constituição.

## 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio a retalho, prestação de serviços, construção civil, indústria, hotelaria e turismo, compra e vendas de automóveis, transportes públicos e privado, formação académica e profissional, jardinagem, escola de condução, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

## 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 quotas, uma no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Luís Gustavo Guimarães Vieira e outra no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Fernando Chicucuala Cangombe,

## 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

## 6.º

A gerência da sociedade, em todos os seus actos e contractos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe

aos sócios Luís Gustavo Guimarães Vieira e Fernando Chicucuala Cangombe, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução sendo necessárias duas assinaturas para obrigar válidamente a sociedade.

1. Os gerentes poderão delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

2. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contractos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

#### 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 8 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

#### 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

#### 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

#### 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em globo, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

#### 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

#### 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro do Tribunal Provincial do Huambo, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### 13.º

Os anos sociais serão correspondentes os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

#### 14.º

No omissão regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável. (14-0813-L13)

### E. S.Tula Utima, Limitada

Certifico que, por escritura de 17 de Dezembro de 2013, com início a folhas 25 a folhas 26, do Livro de Notas n.º 1-B/2013, para escrituras diversas do Cartório Notarial da Comarca do Huambo - SIAC, à cargo de David Manuel da Silva Velhas, Licenciado em Direito, Notário do referido Cartório, compareceram:

*Primeiro:* — António Sozinho Jinga David, solteiro, maior, natural da Nharea, Província do Bié, titular do Bilhete de Identidade n.º 004706910BE043, emitido em Luanda, pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em 23 de Março de 2010, residente habitualmente no Bié, Nharea, Santa Rosa, casa sem número;

*Segundo:* — Elindo João Lucamba, solteiro, maior, natural da Caála, Província do Huambo, titular do Bilhete de Identidade n.º 003717758BE035, emitido em Luanda, pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em 15 de Abril de 2009, residente habitualmente no Huambo, Caála, Bairro São Pedro, Zona A, casa sem número.

Foi constituída entre eles uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a denominação «E. S.Tula Utima, Limitada», com sede na Nharea.

Está conforme.

Cartório Notarial da Comarca do Huambo — SIAC, em Huambo, 17 de Dezembro de 2013. — A Notária-Adjunta, *Celmira Lemos Canhara*.

### ESTATUTO DA SOCIEDADE E.S.TULA UTIMA, LIMITADA

#### ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «E. S.Tula Utima, Limitada», tem a sua sede na Província do Bié, Município da Nharea, Bairro Hoji-ya-Henda, podendo no entanto abrir filiais, agências, sucursais ou outras formas de representação em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro.

#### ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos os efeitos legais a partir da data da presente escritura.

## ARTIGO 3.º

O seu objecto social é o comércio geral, a grosso e a retalho, hotelaria e turismo, agro-pecuária, pesca, farmácia, prestação de serviço, formação profissional, informática, telecomunicação, construção civil e obras públicas, exploração de madeira e inertes, salão de beleza, boutique, motociclos, derivados do petróleo, gás butano, transportes, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

## ARTIGO 4.º

O capital social é de cem mil kwanzas (Kz: 100.000,00), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado pelos sócios em duas quotas iguais com o valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, para os sócios António Sozinho Jinga David e Elindo João Lucamba, respectivamente.

## ARTIGO 5.º

O capital social poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral e o aumento será dividido pelos sócios na proporção das suas quotas ou na forma como se vier acordar.

## ARTIGO 6.º

A cessão de quotas é livre entre os sócios, mas quando feita a estranhos carecerá do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios quando dela não quiser usar.

## ARTIGO 7.º

A gerência e administração da sociedade em todos os seus actos e contratos em juízo e fora dele activa e passivamente será exercida pelo sócio António Sozinho Jinga David, que desde já fica nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. O sócio-gerente poderá delegar noutro sócio ou em pessoa estranha à sociedade parte dos poderes ou todos poderes de gerência ora a si conferidos outorgando para o efeito o respectivo mandato competente em nome da sociedade.

2. É proibido ao sócio-gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais tais como avales, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

## ARTIGO 8.º

A Assembleia Geral, quando a lei não prescreve formalidades especiais para sua convocação, será convocada pela gerência por cartas registradas, dirigidas aos outros sócios com pelo menos quinze dias de antecedência.

## ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos durante o exercício económico, depois de deduzida a percentagem de cinco por cento (5%), pertencente ao fundo de reserva legal e social, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas bem como as perdas se as houver.

## ARTIGO 10.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuará com o sobrevivente ou capaz e com os herdeiros do sócio falecido ou interdito devendo estes nomear um que a todos represente enquanto a quota permanecer indivisa na sociedade.

## ARTIGO 11.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados e assinados até fins de Março imediato a que disser respeito.

## ARTIGO 12.º

Na omissão regularão as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, as deliberações sociais tomadas em forma legal e demais legislações aplicáveis.

(14-0815-L13)

### Chissuka Arlete & Irmãos, Limitada

Certifico que, por escritura de 5 de Março de 2013, com início de folhas 89, verso, a folhas 90, verso, do Livro de Notas n.º 86-A, para escrituras diversas do 1.º Cartório Notarial da Comarca do Huambo, a cargo de Moisés Kassoma, Mestre em Direito, Notário do referido Cartório, compareceram:

*Primeiro:* — Chissuka Arlete Vinevala, solteira, maior, natural do Huambo;

*Segundo:* — Elsa Lídia Nambule Vinevala Cundundula, casada, natural de Katchiungo;

*Terceiro:* — Olga Maria Nandundo Vinevala Capingala, casada, natural de Katchiungo;

*Quarto:* — Odeth Chilombo Vinevala Antanasse, casada, natural do Huambo;

*Quinto:* — Anacleto Laurinda Vinevala, solteira, maior, natural do Huambo.

Foi constituída entre elas, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada sob a denominação «Chissuka Arlete & Irmãos, Limitada», com sede no Huambo.

Está conforme.

Huambo, aos 16 de Dezembro de 2013. — O Notário-Adjunto, Jeronimo Relógio Ngunza.

### ESTATUTOS DA SOCIEDADE CHISSUKA ARLETE & IRMÃOS, LIMITADA

## ARTIGO 1.º

(Tipo e firma)

1. A presente sociedade comercial reveste a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada e adopta a denominação de «Chissuka Arlete & Irmãos, Limitada».
2. A sociedade poderá alterar a sua natureza jurídica, a sua denominação, a sua sede, o seu objecto social ou proceder a qualquer outra alteração aos seus estatutos precedendo legal deliberação das sócias.



ARTIGO 2.º  
(Sede)

1. A sociedade tem a sede e principal estabelecimento nesta Cidade do Huambo, Bairro Cidade Baixa, Rua Garcia da Orta.

2. A sociedade pode abrir filiais e estabelecer sucursais e agências em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro desde que os sócios simplesmente assim deliberem.

ARTIGO 3.º  
(Duração e objecto)

1. A duração da sociedade é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos os efeitos legais a partir desta data da presente escritura.

2. A sociedade tem por objecto social o exercício do comércio geral a grosso, misto e a retalho, indústria, transporte de passageiros e de mercadorias diversas, camionagem, indústria, hotelaria e turismo, jardinagem, fornecimento de material escolar e de escritório, rent-a-car, agro-pecuária, construção civil obras públicas e particulares, pesca, captura de pescado e sua comercialização, prestação de serviços, informática, escola de condução, segurança privada, venda de combustível, modas e confecções, boutique, salão de beleza, perfumaria, gestão imobiliária, marketing, representação comercial, comercialização de materiais de construção civil, assistência técnica de viaturas diversas, comercialização de peças sobressalentes, indústria pesqueira, exploração de recursos naturais e florestais, corte de madeira, saúde, importação e exportação e outros mais fins podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de actividade desde que os sócios deliberem, satisfeitos que sejam os requisitos da lei.

3. A sociedade poderá adquirir participações em outras sociedades com sede no território nacional ou no estrangeiro, ainda que estas tenham objecto social diferente do seu.

ARTIGO 4.º  
(Capital)

O capital social, é de Kz: 150.000,00 (cento e cinquenta mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado em cinco quotas iguais e do valor nominal de Kz: 30.000,00, (trinta mil kwanzas) cada uma, pertencentes às sócias Elsa Lídia Nambule Vinevala Cundundula, Chissuka Arlete Vinevala, Olga Maria Nandundo Vinevala Capingala, Odeth Chilombo Vinevala Antanasse e Anacleta Laurinda Vinevala, respectivamente.

ARTIGO 5.º  
(Cessão de quotas)

1. A cessão de quotas entre sócias é livre.
2. A cessão a estranhos depende do prévio consentimento da sociedade.
3. Na cessão onerosa de quotas a estranhos terão direito de preferência a sociedade em primeiro lugar, diferindo-se a preferência às sócias sucessivamente se aquela dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º  
(Amortização de quotas)

1. A sociedade poderá amortizar qualquer quota:
  - a) Com o consentimento do titular;
  - b) Em caso de morte ou insolvência da sócia;
  - c) Em caso de arresto, arrolamento ou penhora da quota;
  - d) Se esta for cedida sem o prévio consentimento da sociedade.
2. A quota amortizada figurará no balanço como tal, podendo porém as sócias deliberar nos termos legais a correspondente redução do capital ou o aumento do valor das restantes quotas, ou, ainda, a criação de uma ou mais quotas de valor nominal compatível para alienação a sócios ou a terceiros.

ARTIGO 7.º  
(Gerência)

1. A administração e representação da sociedade serão exercidas pela sócia Chissuka Arlete Vinevala, que desde já é nomeada gerente.
2. A sociedade obriga-se em todos os actos e contratos com a intervenção e assinatura da gerente e com dispensa de caução.
3. A Assembleia Geral deliberará se a gerência é remunerada e, ainda, a medida dessa remuneração.
4. Sem prejuízo de deliberação diversa da Assembleia Geral e do referido em 2. supra deste artigo, a gerente poderá delegar em pessoa estranha à sociedade todos ou parte dos seus poderes de gerência, outorgando e conferindo para o efeito o respectivo mandato.
5. Fica vedado as sócias obrigarem a sociedade em actos ou contratos estranhos aos negócios sociais, tais como, subscrição de letras de favor, abonações, fianças ou actos semelhantes ou equivalentes.

ARTIGO 8.º  
(Lucros líquidos e fundo de reserva)

1. As sócias têm direito aos lucros líquidos que resultem do balanço anual, deduzida uma percentagem de cinco por cento, destinada à formação de um fundo de reserva legal ou para fundo e destinos especiais criados.
2. A distribuição dos lucros far-se-á em proporção das quotas, bem assim como a repartição das perdas, se as houver.

ARTIGO 9.º  
(Assembleias Gerais)

As sócias podem livremente designar quem os representará nas Assembleias Gerais.

ARTIGO 10.º

A sociedade não se dissolverá por vontade de nenhum sócio, nem por morte ou interdição de qualquer das sócias, continuando com as sobreviventes, capazes ou herdeiros da sócia falecida, representante legal da interdita ou inabilitada.

## ARTIGO 11.º

Dissolvida a sociedade por acordo das sócias e nos demais casos legais, todas serão liquidatárias e a liquidação e partilha procederão como para ela acordarem. Na falta de acordo se alguma delas o pretender, será o activo social lícitado em globo, com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado à sócia que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 12.º  
(Foro)

Para dirimir quaisquer questões emergentes da interpretação ou da execução do presente contrato social, quer entre as sócias, quer entre esta e seus herdeiros ou representantes, quer entre todos e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca do Huambo, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º  
(Omissões)

No omissos regularão as deliberações sociais tomadas em forma legal e as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(14-0816-L13)

**Lufc, Limitada**

Certifico que, por escritura de 17 de Dezembro de 2013, com início a folhas 27, a folhas 28, do Livro de Notas n.º 1-B/2013, para escrituras diversas do Cartório Notarial da Comarca do Huambo-SIAC, a cargo de David Manuel da Silva Velhas, Licenciado em Direito, Notário do referido Cartório, compareceram:

*Primeiro:* — Joaquim Catanha Lázaro, solteiro, maior, natural do Huambo, Província do Huambo, titular do Bilhete de Identidade n.º 000648669HO037, emitido em Luanda, pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em 7 de Fevereiro de 2013, residente habitualmente no Huambo, Bairro Cacilhas Centro, Zona E, Casa n.º 116;

*Segundo:* — Ermelinda Cassinda Fetikilo, solteira, maior, natural do Huambo, Província do Huambo, titular do Bilhete de Identidade n.º 001683801HO030, emitido em Luanda, pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em vinte e nove de Junho de dois mil e dez, residente habitualmente no Huambo, Bairro Kapango, Avenida da República, casa sem número.

*Terceiro:* — Delfina Cuva, solteira, maior, natural do Londuimbali, Província do Huambo, titular do Bilhete de Identidade n.º 000039423HO010, emitido em Luanda, pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em 12 de Janeiro de 2004, residente habitualmente em Luanda, Viana, Km 12, casa sem número, e residente actualmente no Huambo, Bairro Casseque Três.

*Quarto:* — Armindo Upite, solteiro, maior, natural do Bailundo, Província do Huambo, titular do Bilhete

de Identidade n.º 000806945HO032, emitido em Luanda, pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em 17 de Março de 2008, residente habitualmente no Huambo, Londuimbali, Alto Hama, casa sem número.

Foi constituída entre eles, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a denominação «Lufc, Limitada», com sede no Huambo.

Está conforme.

Cartório Notarial da Comarca do Huambo-SIAC, no Huambo, 17 de Dezembro de 2013. — A Notária-Adjunta, *Celmira Lemos Canhara*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE  
LUFc, LIMITADA

## ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Lufc, Limitada», tem a sua sede no Huambo, Bairro Cambiote, podendo no entanto abrir, filiais agências, sucursais ou outras formas de representação em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro.

## ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos os efeitos legais a partir da data da presente escritura.

## ARTIGO 3.º

O seu objecto social é o comércio geral, a grosso e a retalho, arquitectura, consultoria, construção civil, obras públicas e particulares, imobiliária, mobiliária, serraria, pescas, peixaria, informática, hotelaria e turismo, agropecuária, indústria, transportes, prestação de serviços, clínica, farmácia, venda de medicamentos e de materiais hospitalares, agência de viagens, estação de serviços, educação, colégio, formação profissional, comércio de telefones com seus acessórios, compra e venda de viaturas automóveis e de motorizadas de diversas marcas e suas peças sobressalentes, *rent-a-car*, oficina auto, exploração de bombas de combustíveis, venda de gás de cozinha e lubrificantes, salão de beleza, boutique, pastelaria, padaria, geladaria, representação comercial, publicidade e marketing, restaurante e bar, take-away, discoteca e Pub, moda e confecção, telecomunicações, serralharia, carpintaria, marcenaria, caixilharia, desporto, jardinagem, exploração mineira e florestal, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

## ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado pelos sócios em quatro quotas iguais com o valor nominal de Kz: 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil kwanzas) cada uma, para os sócios Joaquim Catanha Lázaro, Ermelinda Cassinda Fetikilo, Delfina Cuva e Armindo Upite, respectivamente.

ARTIGO 5.º

O capital social poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral e o aumento será dividido pelos sócios na proporção das suas quotas ou na forma como se vier acordar.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas é livre entre os sócios, mas quando feita a estranhos carecerá do consentimento da sociedade a qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios quando dela não quiser usar.

ARTIGO 7.º

A gerência e administração da sociedade em todos os seus actos e contratos em juízo e fora dele activa e passivamente serão exercidas pelos sócios Joaquim Catanha Lázaro e Ermelinda Cassinda Fetikilo, que desde já ficam nomeados gerentes, bastando a assinatura de apenas um deles para obrigar validamente a sociedade.

1. Os sócios-gerentes poderão delegar noutro sócio ou em pessoa estranha à sociedade parte dos poderes ou todos poderes de gerência ora lhe conferidos outorgando para o efeito o respectivo mandato competente em nome da sociedade.

2. É proibido aos sócios-gerentes, obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais tais como avals, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º

A Assembleia Geral, quando a lei não prescreve formalidades especiais para sua convocação, será convocada pela gerência por cartas registadas dirigidas aos outros sócios com pelo menos quinze dias de antecedência.

ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos durante o exercício económico, depois de deduzida a percentagem de cinco por cento (5%), pertencente ao fundo de reserva legal e social, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas bem como as perdas se as houver.

ARTIGO 10.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuará com os sobreviventes ou capazes e com os herdeiros do sócio falecido ou interdito devendo estes nomear um que a todos represente enquanto a quota permanecer indivisa na sociedade.

ARTIGO 11.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados e assinados até fins de Março imediato a que disser respeito.

ARTIGO 12.º

Na omissão regularão as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, as deliberações sociais tomadas em forma legal e demais legislações aplicáveis.

(14-0817-L13)

R.B. & Nelson, Limitada

Certifico que, por escritura de 4 de Dezembro de 2013, com início a folhas 23, a folhas 24, do Livro de Notas n.º 1-B/2013, para escrituras diversas do Cartório Notarial da Comarca do Huambo-SIAC, a cargo de David Manuel da Silva Velhas, Licenciado em Direito, Notário do referido Cartório, compareceram:

*Primeiro:* — Rodrigues Aleixo César, solteiro, maior, natural do Luena, Província do Moxico, titular do Bilhete de Identidade n.º 000160993MO014, emitido em Luanda, pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em 26 de Novembro de 2012, residente habitualmente no Huambo, Bairro São João, Rua B, Casa n.º 6;

*Segundo:* — Benedito Nhime Ndulo Gonçalves, solteiro, maior, natural do Huambo, Província do Huambo, titular do Bilhete de Identidade n.º 001030470HO038, emitido em Luanda, pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em 1 de Novembro de 2013, residente habitualmente no Huambo, Bairro São João, casa sem número;

*Terceiro:* — Nelson Ndulo Gonçalves, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com a Vivalda Lizandra Paulo da Silva Gonçalves, natural do Huambo, Província do Huambo, titular do Bilhete de Identidade n.º 002035411HO034, emitido em Luanda, pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em 25 de Julho de 2012, residente habitualmente no Huambo, Bairro São João, Rua B, Zona A, casa sem número;

Foi constituída entre eles, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada sob a denominação «R. B. & Nelson, Limitada», com sede no Huambo.

Está conforme.

Cartório Notarial da Comarca do Huambo-SIAC, no Huambo, 4 de Dezembro de 2013. — A Notária-Adjunta, *Celmira Lemos Canhara*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE  
R. B. & NELSON, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «R.B. & Nelson, Limitada», tem a sua sede no Huambo, Bairro São João, podendo no entanto abrir, filiais agências, sucursais ou outras formas de representação em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos os efeitos legais a partir da data da presente escritura.

ARTIGO 3.º

O seu objecto social é o comércio geral, a grosso e a retalho, indústria, padaria, hotelaria e turismo, transporte de passageiros e de mercadorias diversas, exploração de fazendas agro-pecuárias, pesca, caça, representação comercial,

construção civil, prestação de serviços, assistência técnica, venda de combustíveis e de seus derivados, jardinagem, segurança pessoal e patrimonial, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

## ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz:150.000,00 (cento e cinquenta mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado pelos sócios em três quotas, sendo uma quota com o valor nominal de Kz: 120.000,00 (cento e vinte mil kwanzas), pertencente ao sócio Rodrigues Aleixo César, e outras duas quotas iguais com o valor nominal de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas) cada uma, para os sócios Benedito Nhime Ndulo Gonçalo e Nelson Ndulo Gonçalo, respectivamente.

## ARTIGO 5.º

O capital social poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral e o aumento será dividido pelos sócios na proporção das suas quotas ou na forma como se vier acordar.

## ARTIGO 6.º

A cessão de quotas é livre entre os sócios, mas quando feita a estranhos carecerá do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios quando dela não quiser usar.

## ARTIGO 7.º

A gerência e administração da sociedade em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio Rodrigues Aleixo César, que desde já fica nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. O sócio-gerente poderá delegar noutro sócio ou em pessoa estranha a sociedade parte dos poderes ou todos poderes de gerência ora lhe conferidos outorgando para o efeito o respectivo mandato competente em nome da sociedade.

2. É proibido ao sócio-gerente em obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como avals, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

## ARTIGO 8.º

A Assembleia Geral, quando a lei não prescreve formalidades especiais para sua convocação, será convocada pela gerência por cartas registadas, dirigidas aos outros sócios com pelo menos 15 dias de antecedência.

## ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos durante o exercício económico, depois de deduzida a percentagem de cinco por cento (5%), pertencente ao fundo de reserva legal e social, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas bem como as perdas se as houver.

## ARTIGO 10.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuará com os sobreviventes ou

capazes e com os herdeiros do sócio falecido ou interdito devendo estes nomear um que a todos represente enquanto a quota permanecer indivisa na sociedade.

## ARTIGO 11.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados e assinados até fins de Março imediato a que disser respeito.

## ARTIGO 12.º

Na omissão regularão as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, as deliberações sociais tomadas em forma legal e demais legislações aplicáveis.

(14-0820-L13)

**Afonservd, Limitada**

Certifico que, com início a folhas 86, do livro de notas para escrituras diversas n.º 981-A, do 1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Constituição da sociedade «Afonservd, Limitada».

No dia 10 de Dezembro de 2013, em Luanda e no 1.º Cartório Notarial, a cargo do Notário Licenciado, Amorbelo Vinevala Paulino Sitôngua, perante mim Pedro Manuel Dala, Notário-Adjunto, compareceram como outorgantes:

*Primeiro:* — Carlos Artur Vicente Domingos, solteiro, maior, natural do Sumbe, Província do Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, Município do Rangel, Bairro CTT, Lote 4.º, 2.º, 21, Zona 15, titular do Bilhete de Identidade n.º 002752494KS033, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, aos 30 de Abril de 2013;

*Segundo:* — Armindo Santiago Domingos, casado com Suzanete de Fátima Meireles e Vasconcelos Santiago, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Sumbe, Província do Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Hoji-ya-Henda, Rua São José, n.º 5-SP- 57, Zona 17, titular do Bilhete de Identidade n.º 000010998KS038, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, a 1 de Setembro de 2010.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos documentos acima referidos.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura, constituem entre si uma sociedade comercial, denominada «Afonservd, Limitada», com sede em Luanda, Município do Rangel, Bairro dos Correios, Rua dos CTT, Lote 4.º, A, 2.º andar, Apartamento 21.

Que, a referida sociedade tem por objecto social o estipulado no artigo 3.º do estatuto, e possui o capital social do montante de Kz: 110.000,00 (cento e dez mil kwanzas), como referencia o artigo 4.º do estatuto;

Que, esta sociedade vai reger-se pelo respectivo estatuto, que faz parte integrante desta escritura, que é, um

documento elaborado em separado, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 78.º do Código do Notariado, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 55.º da Lei n.º 1/97, de 17 de Janeiro, cujo conteúdo eles outorgantes têm perfeito conhecimento, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

a) Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, em Luanda, aos 9 de Dezembro de 2013;

b) Documento complementar a que atrás se faz alusão;

c) Comprovativo bancário do capital social realizado.

Aos outorgantes e na presença simultânea de ambos, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de 90 dias.

## ESTATUTO DA SOCIEDADE AFONSERVD, LIMITADA

### 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Afonservd», com sede social em Luanda na Rua dos CTT, Lote 4.º-A, 2.º andar, Apt.º 21, Bairro dos Correios, Município do Rangel, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

### 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

### 3.º

A sociedade tem como objecto social, a prestação de serviço no dominio eléctrico, ensino, importação e exportação, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

### 4.º

O capital social é de Kz: 110.000,00, (cento e dez mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Armindo Santiago Domingos e outra quota do valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Carlos Artur Vicente Domingos, respectivamente.

### 5.º

As sessões de quotas a estranhas, ficam dependentes do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

### 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Carlos Artur Vicente Domingos, que desde já fica nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando assinaturas para obrigar validamente a sociedade.

1. Os sócios-gerentes poderão delegar mesmo em pessoas estranhas a sociedade todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fianças, abominações ou actos semelhantes.

### 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas aos sócios com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreve formalidades especiais de comunicação. Se qualquer sócio estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

### 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzir a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios e na proporção serão suportadas as perdas se as houver.

### 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes dos sócios falecidos ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

### 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos dois sócios, serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordaram. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

### 11.º

A sociedade reserva-se o directo de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.



12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer eles entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

14.º

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 17 de Dezembro de 2013. — A Ajudante, *Faustina Luís M. Canhanga*. (14-0830-L05)

### MARY — Jany Business, Limitada

Certifico que, com início a folhas 42, do livro de notas para escrituras diversas com o n.º 1-A, deste Cartório Notarial, encontra-se lavrada e registada a escritura de teor seguinte:

Constituição da sociedade «MARY — Jany Business, Limitada».

No dia 13 de Janeiro de 2014, em Caxito e no Cartório Notarial do Bengo, perante mim, Licenciado, Lázaro Catito, respectivo Notário, compareceram como outorgantes:

*Primeiro:* — Mário Pereira da Silva Manuel, solteiro, maior, natural de Luanda, onde reside habitualmente no Município de Viana, portador do Bilhete de Identidade n.º 000212488LA031, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil, em Luanda, aos 28 de Agosto de 2013;

*Secundo:* — Marlene da Conceição Agostinho Andrade, solteira, maior, natural de Luanda, onde reside habitualmente no Município de Cacuaco, portadora do Bilhete de Identidade n.º 001672170LA033, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil, em Luanda, aos 17 de Dezembro de 2010;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos documentos acima referidos.

E por eles foi dito que, pela presente escritura constituem entre si, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, sob a denominação «Mary - Jany Business, Limitada», NIF 5191014944, com sede na Província do Bengo, Município do Dande, Bairro Panguila, casa s/n.º, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente subscrito e realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma do valor nomi-

nal de Kz: 80.000,00 (oitenta mil), pertencente ao sócio Mário Pereira da Silva Manuel e outra do valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil), pertencente à sócia Marlene da Conceição Agostinho Andrade.

Que a dita sociedade tem como objecto social, o previsto no artigo 3.º dos respectivos estatutos e rege-se pelo contrato de sociedade que consta de um documento complementar elaborado em separado, nos termos e para os efeitos dos artigos 78.º do Código do Notariado e 55.º da Lei n.º 1/97, de 17 de Janeiro - Lei da Simplificação e Modernização dos Actos Notariais, que faz parte integrante desta escritura e que eles os outorgantes declaram ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que dispensam a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Arquiva-se:

Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central das Denominações Sociais, em Luanda, aos 30 de Dezembro de 2013, o acima referido documento complementar e o comprovativo do depósito do capital social.

Aos outorgantes e na presença simultânea dos mesmos, fiz em voz alta a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo, com a advertência da obrigatoriedade de se requerer o registo deste acto no prazo de três meses a contar desta data.

### ESTATUTO DA SOCIEDADE MARY — JANY BUSINESS, LIMITADA

#### ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «MARY — Jany Business, Limitada», com sede na Província do Bengo, Município do Dande, Bairro Panguila, Rua Direita do Panguila, casa s/n.º, podendo ser transferida livremente para outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

#### ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

#### ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio geral e indústria, transportes colectivos, fluviais e rodoviários, prestação de serviços, rent-a-car, formação técnico e profissional, ensino, agro-pecuária, hotelaria e turismo, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

#### ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo uma do valor nominal de Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas), pertencente ao sócio

Mário Pereira da Silva Manuel e outra do valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente à sócia Marlene da Conceição Agostinho Andrade.

ARTIGO 5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, mediante as condições estabelecidas por deliberação a tomar em Assembleia Geral.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dela não quiser fazer uso.

7.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Mário Pereira da Silva Manuel, que desde já fica nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. O sócio-gerente poderá delegar mesmo em pessoas estranhas à sociedade todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado à gerência obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 8.º

As Assembleias Gerais, nos casos que a lei não exija formalidades especiais, serão convocadas com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, mediante carta registada ou outro meio legalmente admissível. Se qualquer dos sócios estiver ausente por qualquer razão, dever-se-á antecipadamente fazer chegar o aviso com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos apurados, obrigatoriamente deverão ser preservados 25% para os fundos da sociedade e depois, serão distribuídos pelos sócios na proporção das suas quotas, em igual proporção, serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 10.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 11.º

A sociedade dissolver-se-á nos casos e formas consignados na lei e pela simples vontade dos sócios.

ARTIGO 12.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 13.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ele recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 14.º

Para todos as questões emergentes deste contrato, quer entre sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 15.º

Os anos sociais serão os civis, e as demonstrações financeiras serão dadas em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março de imediato.

ARTIGO 16.º

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(14-0851-L08)

**Franessa, Limitada**

Certifico que, a folhas 67 verso, do livro de notas para escrituras diversas n.º B-213, do Cartório Notarial da Comarca de Malanje, se acha lavrada a escritura do seguinte teor:

Constituição da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, sob a denominação de firma «Franessa, Limitada», com sede em Malanje.

No dia 26 de Novembro de 2013, nesta Cidade de Malanje, e no Cartório Notarial da Comarca de Malanje, perante mim, Jorge Alípio Ferreira, Notário da referida Comarca, compareceram como outorgantes:

*Primeiro:* — Francisco Neça, solteiro, maior, natural da Comuna do Cota, Município de Calandula, Província de Malanje, residente habitualmente no Bairro Azul, em Malanje, portador do Bilhete de Identidade n.º 005029950ME048, emitido em Luanda, aos 9 de Fevereiro de 2011;

*Segundo:* — Ana António Nessa, solteira, maior, natural do Cota, Calandula, Província de Malanje, e residente habitualmente em Malanje, portadora do Bilhete de Identidade n.º 05435902ME043, emitido em Luanda, aos 27 de Janeiro de 2012.

Verifiquei a identidade dos outorgantes através dos respectivos bilhetes de identidade acima mencionados.

E pelos outorgantes foi dito:

Que, pela presente escritura entre si constituem uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelo respectivo estatuto que faz parte integrante desta escritura que é um documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei n.º 1/97, da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviços Notariais, cujo conteúdo eles os sócios têm perfeito conhecimento, pelo que é dispensada a sua leitura.

Instrui o acto:

- a) Documento complementar a que atrás se fez alusão;
- b) Certidão negativa passada pela Conservatória dos Registos da Comarca de Malanje, aos 31 de Julho de 2013, comprovativa de ali não se achar matriculada nenhuma sociedade igual ou de tal forma semelhante que possa confundir ou induzir em erro com a ora adoptada.

Esta escritura foi lida aos outorgantes em voz alta aos mesmos, explicado o seu conteúdo na presença simultânea dos intervenientes, com advertência especial da obrigatoriedade de procederem ao registo deste acto, dentro do prazo de três meses nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 63.º do Código do Notariado.

Assinado: Francisco Neça, Ana António Nessa e pelo Notário Jorge Alípio Ferreira.

É certidão que fiz extrair e vai conforme original a que reporto.

Cartório Notarial da Comarca de Malanje, aos 2 de Dezembro de 2013. — O Notário, *Jorge Alípio Ferreira*.

## ESTATUTO DA SOCIEDADE FRANESSA, LIMITADA

### 1.º

A sociedade é de direito angolano e adopta a denominação de «Franessa, Limitada», com sede em Ngola Mbandi, Aldeia de Nessa, Comuna do Cota, Município de Calandula, Província de Malanje.

### 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início da actividade para todos os efeitos legais, a partir da data da presente escritura.

### 3.º

O seu objecto social é actividade de agro-pecuária, podendo ainda dedicar-se a qualquer outra actividade comercial em que os sócios acordem e que seja permitida por lei.

### 4.º

O capital social é de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, sendo Kz: 100.000,00, pertencente ao sócio Francisco Neça e Kz: 100.000,00, pertencente à sócia Ana António, respectivamente.

### 5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que necessitam, mediante juros e nas condições que estipularem.

### 6.º

A sessão de quotas entre os sócios é livre, mas quando feita a estranhos, fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, definido aos sócios se aquela não quiser fazer uso.

### 7.º

A gerência administrativa da sociedade é exercida, em juízo e fora dele, activa e passivamente, exercida pelo sócio Francisco Neça, em caso de ausência, o outro sócio pode assinar quaisquer documentos sem qualquer equívoco.

### 8.º

As reuniões de Assembleia Geral, quando a lei não prevê outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas registadas e dirigidas aos sócios, com pelo menos 15 dias de antecedência. E caso haja uma das ausências, será dilatado o tempo para que todos possam participar.

### 9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem legal para o fundo de reserva e qualquer outra percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, bem como as perdas se as houver.

### 10.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou por interdição de qualquer dos sócios, continuando com o sobrevivente ou os representantes do sócio falecido ou interdito devendo estes nomear um que a todos os represente, enquanto a quota estiver indivisa.

### 11.º

Em caso de dissolução da sociedade por acordo mútuo e nos demais casos legais todos eles serão liquidatários e a liquidação e partilha procederão de acordo ao entendimento dos dois sócios. Em caso de falta de acordo e se algum dos sócios pretender, será o activo social licitado em globo do passivo, adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

12.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou qualquer providência cautelar.

13.º

Os sócios garantem cumprir todo o estipulado no estatuto e as demais aplicações exigidas por lei.

14.º

Para todas as questões emergentes deste contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representante quer eles e a sociedade, fica estipulado o Fórum da Comarca de Malanje, com expressa renúncia.

(14-0853-L11)

### Organizações M. Garcia & Filhos, Limitada

Certifico que, de folhas 3 verso, do livro de notas para escritura diversas n.º 1-A, do 1.º Cartório Notarial da Comarca do Kunene, se acha exarada uma escritura do teor seguinte:

Escritura de constituição da sociedade « Organizações M. Garcia & Filhos, Limitada ».

No dia 2 de Fevereiro de 2009, nesta Cidade de Ondjiva, e no Cartório Notarial da Comarca do Kunene, perante mim, Mesaque Toni Zeferino, Notário-Adjunto deste Cartório, a cargo de Domingos Pedro Kahala, Notário do referido Cartório compareceram como outorgantes:

*Primeiro:* — Manuel Mendes de Carvalho Garcia, solteiro, de 28 anos de idade, natural da Ingombota, Província de Luanda, portador do Bilhete de Identidade n.º 000112822LA029, passado pelo Arquivo de Identificação de Luanda, aos 2 Fevereiro de 2007, residente actualmente em Ondjiva, Província do Kunene;

*Segundo:* — Luzia Claudeth Mendes de Carvalho Garcia, menor de 2 anos de idade, natural de Kwanhama, Província do Kunene, possuidora da Cédula Pessoal n.º 34, folhas 17 verso, Livro n.º 6, passada pela Conservatória dos Registos Civil do Kunene, a 1 de Março de 2007.

Verifiquei e certifico a identidade de todos os outorgantes pelas fotocópias dos seus documentos pessoais.

E por eles outorgantes foi dito:

Que encontrando-se em pleno acordo decidir constituir e efectivamente pela presente escritura, constituem entre si, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que será regida pelas cláusulas e condições constantes da articulação seguinte:

1.º

A sociedade adopta a denominação de «Organizações M. Garcia & Filhos, Limitada», e terá a sua sede em Ondjiva, Província do Kunene, podendo abrir filiais, sucursais ou

qualquer outra forma de representação, dentro do território nacional angolano, onde e quando convier aos negócios da sociedade.

2.º

É constituída por tempo indeterminado, mas juridicamente a sua existência conta-se a partir de hoje.

3.º

O seu objecto social é o exercício de construção civil e obras públicas, comércio geral, grosso e a retalho, hotelaria e turismo, indústria, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria, desde que seja acordado pelos sócios e permitido por lei

4.º

O seu capital social é da quantia de cem mil kwanzas, integralmente realizado em dinheiro, representado e dividido em duas quotas, uma no valor nominal de setenta mil kwanzas, equivalente a 70% para o primeiro sócio, Manuel Mendes de Carvalho Garcia, e outra no valor nominal de trinta mil kwanzas, equivalente a 30% para a segunda sócia, Luzia Claudeth Mendes de Carvalho Garcia.

5.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas quando feita a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido ao outro sócio se aquela dele não quiser fazer uso.

6.º

A gerência e a administração da sociedade em todos os seus actos e contratos, bem como a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, serão exercidas pelo sócio Manuel Mendes de Carvalho Garcia, com dispensa de caução, sendo necessária uma assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Os sócios nas suas ausências ou impedimentos poderão no todo ou em parte delegar os seus poderes de gerência a outra sócia ou em pessoas estranhas à sociedade, devendo para o efeito outorgar o referido instrumento legal.

2. Fica expressamente proibido aos sócios obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios da sociedade tais como letras de favor, fianças abonações ou documentos semelhantes.

7.º

A sociedade nunca se dissolverá por morte ou interdição de qualquer um dos sócios devendo continuar a sua existência jurídica com o sócio sobrevivente ou capaz e os herdeiros do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

8.º

As Assembleias Gerais, quando a lei não prescrever outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas registadas e dirigidas aos sócios com pelo menos 15 dias de antecedência. Se porventura qualquer um dos sócios estiver ausente da sede social, a convocação deverá ser feita com dilação suficiente para permitir a sua comparência.

9.º

Os anos sociais serão os civis e em cada ano social far-se-á um balanço que deverá estar encerrado e datado reportadamente até ao dia 31 de Dezembro do ano a que disser respeito.

10.º

Os lucros líquidos que serão apurados em cada balanço depois de deduzida a percentagem de 5% para o fundo de reserva legal e outras percentagens que forem criadas em Assembleia Geral, o remanescente será dividido pelos sócios na proporção das suas quotas. Na mesma proporção serão suportados os prejuízos quando os houver.

11.º

Para resolverem todas as questões emergentes e atinentes ao presente contrato, estipulam o Foro do Juízo da Comarca do Kunene, com expressa renúncia a qualquer outro.

12.º

No omissio regularão as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais disposições aplicáveis vigentes e a vigorar no País

Assim o disseram e outorgaram.

Foi lida em voz alta e clara a presente escritura, explicado o seu conteúdo e efeitos, na presença dos outorgantes, os quais assinam comigo Notário.

Adverti aos outorgantes que deverão proceder ao registo do presente acto na Conservatória competente no prazo de um ano. — O Notário, *Domingos Pedro Cahala*.

(14-0860-L01)

### Supermercados Alimenta, Limitada

Alteração parcial do pacto social na sociedade «Supermercados Alimenta, Limitada».

No dia 26 de Novembro de 2013, nesta Cidade de Luanda, e no 2.º Cartório Notarial desta Comarca, a cargo de Visitação de Fátima Simões Xavier Belo Andrade, Pós-Graduada em Registos e Notariado, Notária do referido Cartório, perante mim, Ana Hironcina de Sousa Micolo, Notária de 3.ª Classe e Notária em exercício do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

**Primeiro:** — Armando Dias Ramalho, de nacionalidade portuguesa, natural de Santiago da Guarda, Portugal, residente habitualmente em Luanda, Bairro Maculusso,

Rua Major Marcelino Dias, n.º 49, 1.º andar, Apartamento D, Ingombota, titular do Passaporte n.º L395385, emitido em Luanda, aos 2 de Julho de 2010, e da Autorização de Residência Tipo B n.º R002773/00266908, emitido em Luanda, aos 29 de Setembro de 1998, vitalício;

**Segundo:** — José Luís Pedro Ramalho, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, na Rua Major M. Dias, n.º 49, 2.º Apartamento, Bairro Maculusso, titular do Bilhete de Identidade n.º 000109714LA019, emitido em Luanda, aos 25 de Fevereiro de 2010;

**Terceiro:** — Rui Jorge Pedro Ramalho, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, na Rua Major M. Dias, n.º 49, 2.º andar, Apartamento D, Bairro Maculusso, titular do Bilhete de Identidade n.º 003300496LA035, emitido em Luanda, aos 4 de Agosto de 2008;

**Quarto:** — Cláudio Nuno Pedro Ramalho, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, na Rua Major M. Dias, n.º 49, 2.º andar, Apartamento D, Bairro Maculusso, titular do Bilhete de Identidade n.º 000451109LA035, emitido em Luanda, aos 26 de Janeiro de 2012.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos documentos de identificação acima referidos.

E pelos outorgantes foi dito que, são os actuais sócios da sociedade «Supermercados Alimenta, Limitada», com sede social em Luanda, Avenida Sá da Bandeira, n.ºs 181 e 183, Sagrada Família, titular do NIF 5402117713, registada sob o n.º 5.978, exarada a folhas 98, C-17, da Conservatória do Registo Comercial desta Comarca, constituída por escritura de 14 de Outubro de 1975, exarada a folhas 82 e seguintes, do livro de notas para escrituras diversas n.º 433-D, do 4.º Cartório Notarial de Luanda, alterada por diversas escrituras, sendo a última de 29 de Novembro de 2005, exarada a folhas 49 e seguintes, do livro de notas para escrituras diversas n.º 122-E, com o capital social de Kz: 100.400,00 (cem mil e quatrocentos kwanzas), realizado em dinheiro.

Que, de acordo com a deliberação tomada em Assembleia Geral, de 11 de Maio de 2013, referente as novas actividades a serem desenvolvidas pela sociedade, pela presente escritura os outorgantes usando os poderes que têm, alteram o artigo 7.º do pacto social, que passa a ter a seguinte nova redacção:

#### ARTIGO 7.º

A gerência e administração da sociedade, bem como a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente será exercida por todos os sócios, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, sendo necessárias duas assinaturas para obrigar validamente a sociedade.



Que continuam firmes e válidas, as demais cláusulas não alteradas pela presente escritura.

Assim o disseram e outorgaram.

Arquivo os seguintes documentos:

a) Acta avulsa da sociedade emitida aos 11 de Maio de 2013;

b) Certidão comercial da sociedade.

Aos outorgantes, em voz alta e na presença de todos, fiz a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo, advertindo-os de que deverão proceder ao registo obrigatório deste acto, no prazo de 90 dias.

A Notária em Exercício, Ana Hirondina de Sousa Micolo.  
Selo do acto: Kz: 1.000,00.

É certidão que fiz extrair, vai conforme a original a que me reporto.

2.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 27 de Novembro de 2013. — A 2.ª Ajudante de Notário, *Neuza Felu de Oliveira*.  
(14-0861-L01)

### Favetec, Limitada

Divisão, cessão de quotas e alteração parcial do pacto social na sociedade «Favetec, Limitada».

Certifico que, no dia 26 de Novembro de 2013, nesta Cidade de Luanda, e no 2.º Cartório Notarial desta Comarca, a cargo de Visitação de Fátima Simões Xavier Belo Andrade, perante mim, Ana Hirondina de Sousa Micolo, Notária de 3.ª Classe e Notária em exercício do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

*Primeiro:* — Armando Dias Ramalho, de nacionalidade portuguesa, natural de Santiago da Guarda, Portugal, residente habitualmente em Luanda, Bairro Maculusso, Rua Major Marcelino Dias, n.º 49, 1.º andar, Apartamento D, Ingombota, titular do Passaporte n.º L395385, emitido em Luanda, aos 2 de Julho de 2010 e da Autorização de Residência Tipo B n.º R002773/00266908, emitido em Luanda, aos 29 de Setembro de 1998, vitalício;

*Segundo:* — Rui Jorge Pedro Ramalho, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, na Rua Major M. Dias, n.º 49, 2.º andar, Apartamento D, Bairro Maculusso, titular do Bilhete de Identidade n.º 003300496LA035, emitido em Luanda, aos 4 de Agosto de 2008;

*Terceiro:* — Cláudio Nuno Pedro Ramalho, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, Rua Major M. Dias, n.º 49, 2.º andar, Apartamento D, Bairro Maculusso, titular do Bilhete de Identidade n.º 000451109LA035, emitido em Luanda, aos 26 de Janeiro de 2012;

*Quarto:* — José Luís Pedro Ramalho, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente na Rua Major M. Dias, n.º 49, 2.º Apartamento, Bairro Maculusso, titular do Bilhete de Identidade n.º 000109714LA019, emitido em Luanda, aos 25 de Fevereiro de 2010.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos documentos de identificação acima referidos.

E, pelo primeiro, segundo e terceiro outorgantes foi dito que, são os sócios da sociedade denominada «Favetec, Limitada», com sede social em Luanda, Ingombota, Bairro Maculusso, Travessa Albano Machado, Casa n.º 2, r/c, titular do NIF 5417055476, registada sob o n.º 697-07, constituída por escritura de 1 de Agosto de 2009, exarada a folhas 19 e seguintes, do livro de notas para escrituras diversas n.º 115, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Armando Dias Ramalho e outras duas iguais no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Cláudio Nuno Pedro Ramalho e Rui Jorge Pedro Ramalho.

Que, pela presente escritura, o primeiro outorgante divide a sua referida quota em duas novas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas), que reserva para si e outra no valor nominal de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas), que cede a favor do quarto outorgante.

Igualmente, o segundo outorgante divide a sua referida e designada quota em duas novas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas), que reserva para si e outra no valor de Kz: 5.000,00 (cinco mil kwanzas), que cede a favor do quarto outorgante.

E, ainda o terceiro outorgante, divide a sua referida quota em duas novas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas), que reserva para si e outra no valor nominal de Kz: 5.000,00 (cinco mil kwanzas), que cede a favor do quarto outorgante.

Que as cedências são feitas pelos respectivos valores nominais e já recebidas do cessionário, pelo que lhes dão quitação, sendo deste modo o quarto outorgante admitido para a sociedade como novo sócio.

Pelo quarto outorgante foi dito:

Que aceita as cessões de quotas nos termos exarados, sendo que as unifica numa única quota.

Finalmente por todos outorgantes foi dito:

Que, sendo agora como são eles os actuais sócios da sobredita sociedade, alteram o artigo 4.º do pacto social, que passa a ter a seguinte nova redacção:

#### ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por quatro quotas iguais do valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Armando Dias Ramalho, Cláudio Nuno Pedro Ramalho, Rui Jorge Pedro Ramalho e José Luís Pedro Ramalho, respectivamente.

Que continuam firmes e válidas, as demais cláusulas não alteradas pela presente escritura.

Assim o disseram e outorgaram.

Arquivo os seguintes documentos:

- a) Acta avulsa da sociedade emitida aos 24 de Outubro de 2013;
- b) *Diário da república*;
- c) Certidão comercial da sociedade.

Aos outorgantes, em voz alta e na presença de todos, fiz a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo, advertindo-os de que deverão proceder ao registo obrigatório deste acto, no prazo de 90 dias.

A Notária em Exercício, Ana Hirondina Sousa Micoló.

Selo do acto: Kz: 1.000,00.

É certidão que fiz extrair, vai conforme o original a que me reporto.

2.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 27 de Novembro de 2013. — A 2.ª Ajudante de Notário, *Neuza Felu de Oliveira*. (14-0863-L01)

#### **AELSON — Boa Esperança, Limitada**

Certifico que, no dia 14 de Janeiro de 2014, nesta Cidade e no Cartório Notarial da Loja dos Registos do Namibe, a cargo de Carlos Njanji Barros Lopes, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

*Primeiro:* — Domingas Desidência Ndesilienda Benjamim, solteira, maior, natural de Xangongo, Província do Cunene, titular do Bilhete de Identidade n.º 00000112203CE028, emitido pelo Arquivo de Identificação Central de Luanda, aos 17 de Março de 2011, residente no Lubango, Bairro Comercial, casa s/n.º;

*Segundo:* — Andrainica Cândida Deizy Ernesto, solteira, maior, natural do Lubango, Província da Huíla, titular do Bilhete de Identidade n.º 005144208HA041, emitido pelo Arquivo de Identificação Central de Luanda, aos 2 de Junho de 2011, residente no Lubango, Bairro da Lage, casa s/n.º, ambas devidamente representadas por Emanuel Azmall Chitunda da Conceição, casado, natural de Benguela, Província de Benguela, titular do Bilhete de Identidade n.º 002519680BA039, emitido pelo Arquivo de Identificação Central de Luanda, aos 4 de Dezembro de 2013, a quem conferem poderes necessários para o acto, conforme a procuração anexa.

*Terceiro:* — Edivalt Daizy Gamboa da Conceição, solteiro, menor, natural do Lubango, Província da Huíla, titular do Bilhete de Identidade n.º 005687149HA049, emitido pelo Arquivo de Identificação Central de Luanda, aos 7 de Agosto de 2012, residente no Lubango, Bairro Dr. António Agostinho Neto, casa s/n.º;

*Quarto:* — Leonilson Daizy Gamboa da Conceição, solteiro, maior, natural do Lubango, Província da Huíla, titular da Cédula Pessoal sob o Assento de Nascimento n.º 10241, passado pela Conservatória dos Registos, aos

17 de Dezembro de 2004, residente no Lubango, Bairro Dr. António Agostinho Neto, casa s/n.º

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos referidos documentos.

E por eles foi dito:

Que pela presente escritura, constituem entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «AELSON — Boa Esperança, Limitada», com sede no Município do Lubango, Província da Huíla, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por quatro quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 65.000,00 (sessenta e cinco mil kwanzas), pertencente à sócia Domingas Desidência Ndesilienda Benjamim, correspondente a 65% do capital, outra no valor nominal de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas), pertencente à sócia Andrainica Cândida Deizy Ernesto, correspondente a 15% do capital e duas quotas iguais no valor de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencentes aos sócios Edivalt Daizy Gamboa da Conceição e Leonilson Daizy Gamboa da Conceição, correspondente a 10% do capital a cada um destes, perfazendo integralmente 100% do capital social.

Que a sociedade tem por objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e reger-se-á pelos artigos constantes do mesmo estatuto, que é um documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2, do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura, cujo conteúdo, eles outorgantes, declaram ter pleno conhecimento pelo que fica dispensada a sua leitura, sendo que a sócia Domingas Desidência Ndesilienda Benjamim, mãe do terceiro e quarto outorgantes menores, representá-los-á nos termos textuados no artigo 188.º do Código de Família.

Assim o outorgaram.

Arquivo:

- a) Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- b) Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais, em Luanda, aos 12 de Dezembro de 2013;
- c) Procuração datada de 9 de Janeiro de 2014.

Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo, bem como a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de 90 dias.

Liquidado neste acto o imposto de selo, no montante de Kz. 2.000,00.

O Notário-Adjunto, *Carlos Njanji Barros Lopes*.

**ESTATUTO DA SOCIEDADE  
AELSON — BOA ESPERANÇA, LIMITADA**

**ARTIGO 1.º**

A sociedade adopta a denominação de «AELSON — Boa Esperança, Limitada», com sede na Comuna Sede, Rua 19 de Janeiro, no Município do Lubango, Província da Huíla, podendo abrir filiais, agências, sucursais ou qualquer outra forma de representação dentro do território nacional, onde e quando convier aos negócios da sociedade.

**ARTIGO 2.º**

É constituída por tempo indeterminado, mas juridicamente a sua existência conta-se a partir de hoje.

**ARTIGO 3.º**

O seu objecto social é construção civil e obras públicas, prestação de serviços, turismo e hotelaria, comércio geral, indústria, exploração agro-pecuária, gestão de projectos, fiscalização de obras, mediação e imobiliária, avaliação de imóveis, exploração turística, pescar e artesanato, transições, exportação mineira, transportes públicos, venda de combustível e lubrificante, indústria, comércio geral, comércio a grosso, a retalho, gestão de empreendimentos, compra e venda de veículos de tudo tipo, exploração mineira, *rent-a-car*, camionagem, realização de eventos culturais, actividade de limpeza, agência de viagens, venda de viaturas e seus acessórios, estação de serviços, serralharia, mecânica, saneamento básico, clube nocturno, terraplanagem, recauchutagem, oficina, concessionaria de combustíveis e derivados, importação e exportação, formação profissional, serviços de jardinagem, promoção de evento infantil, educação e ensino, jardim infantil, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou industria, desde que seja acordado pelos sócios e permitido por lei.

**ARTIGO 4.º**

O seu capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado e dividido por quatro quotas no valor nominal de Kz: 65.000,00 (sessenta e cinco mil kwanzas), pertencente à sócia Domingas Desidência Ndesilienda Benjamim, Kz: 15.000,00, (quinze mil kwanzas), pertencente respectivamente à sócia Antrainica Cândida Deizy Ernesto, Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Edivat Daizy Gamboa da Conceição, e outra quota de Kz: 10.000,00 (Dez Mil Kwanzas), pertencente respectivamente ao sócio Leonilson Daizy Gamboa da Conceição.

**ARTIGO 5.º**

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas quando feita a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não quiser fazer uso.

**ARTIGO 6.º**

1. A gerência da sociedade, em todos os actos e contratos, bem como a sua representação em juízo e fora dele, activa e

passivamente, será exercida pela sócia Domingas Desidência Ndesilienda Benjamim, que desde já fica nomeada gerente, com dispensa de caução, sendo necessária uma assinatura do sócio-gerente para obrigar validamente a sociedade.

2. O sócio-gerente na sua ausência ou impedimento poderão no todo ou em parte delegar os seus poderes de gerência em pessoas estranhas a sociedade devendo para o efeito outorgar o necessário instrumento jurídico.

3. Fica expressamente proibido aos sócios obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças abonações ou documentos semelhantes.

**ARTIGO 7.º**

A sociedade nunca se dissolverá por morte ou interdição de qualquer um dos sócios devendo continuar a sua existência jurídica com os sócios sobreviventes ou capazes e os herdeiros do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

**ARTIGO 8.º**

As Assembleias Gerais, quando a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas registadas e dirigidas aos sócios com, pelo menos, 15 (quinze) dias de antecedência. Se porventura qualquer um dos sócios estiver ausente da sede social, a convocação deverá ser feita com dilação suficiente para permitir a sua comparecimento.

**ARTIGO 9.º**

Os anos sociais serão civis e em cada ano social far-se-á um balanço que deverá estar encerrado e datado reportadamente até ao dia 31 de Dezembro do ano a que disser respeito.

**ARTIGO 10.º**

Os lucros líquidos que serão apurados em cada balanço, depois de deduzida qualquer percentagem para o fundo de reserva legal, que forem criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas entradas, e de igual forma suportados os prejuízos quando os houver.

**ARTIGO 11.º**

Sem prejuízo da resolução amigável, quaisquer questões emergentes e atinentes ao presente contrato, estipulam o Foro do Juízo da Comarca da Huíla, com expressa renúncia a qualquer outro.

**ARTIGO 12.º**

No omissio regularão as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais disposições aplicáveis vigentes e a vigorar no País.

(14-0874-L01)

**EDUARDO CATOTI & DOMINGOS SAPALO —  
Construção, Comércio e Agro-Pecuária, Limitada**

Certifico que, neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas n.º 53, de folhas 86, verso a 88, se encontra exarada a escritura do seguinte teor:

Constituição de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a denominação de «EDUARDO CATOTI & DOMINGOS SAPALO — Construção, Comércio e Agro-Pecuária, Limitada».

No dia 7 de Agosto de 2012, nesta Cidade do Luena e no Cartório Notarial da Comarca do Moxico, perante mim, José Rodrigues Vieira, Notário da mesma Comarca, compareceram como outorgantes:

*Primeiro:* — Eduardo Catoti, casado com Imaculada Titima Catoti, no regime de comunhão de bens adquiridos, natural de Luchazes, município do mesmo nome Província do Moxico, titular do Bilhete de Identidade n.º 830913MO035, emitido em Luanda, aos 27 de Janeiro de 2003, residente nesta Cidade do Luena, no Bairro N'Zaji;

*Segundo:* — Domingos Sapalo, natural de Cameia, município do mesmo nome, Província do Moxico, titular do Bilhete de Identidade n.º 819967MO035, emitido em Luanda, aos 15 de Janeiro de 2013, residente nesta Cidade do Luena, no Bairro Zorro.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos já mencionados documentos.

E disseram os outorgantes:

Que, pela presente escritura e de acordo comum, constituem entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «EDUARDO CATOTI & DOMINGOS SAPALO — Construção, Comércio e Agro-Pecuária, Limitada», tem a sua sede nesta Cidade do Luena-Moxico, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), constituído e representado por duas quotas iguais e do valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), sendo uma de cada um dos sócios.

Que a sociedade tem como objecto social o exercício da construção civil e fiscalização de obras públicas, comércio geral por grosso e a retalho, agro-pecuária, hotelaria e turismo, indústrias pesada e ligeira, transportes de passageiros e mercadorias de longo e médio curso, transportes aéreos, marítimos, agente despachante, transitórios, cabotagem, perfumaria, prestação de serviços, representações comerciais e industriais, agência de viagens, imobiliários, relações públicas, desporto e recreação, jardinagem, higiene e limpeza, colégios, creches, escola, pesca artesanal e marítima, apicultura, piscicultura, silvicultura, compra e venda de viaturas novas e usadas e seus acessórios, consultoria de projectos, educação, ensino e saúde, compra e venda de equipamento de caça, compra e venda de combustíveis e lubrificantes inclusive gás butano, exploração de todo o tipo de jazigos minerais (água mineral, ouro, diamantes e outras pedras semi-preciosas) exploração florestal, importação e exportação e reger-se-á pelos artigos constantes do documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei de Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, n.º 1/97, de 17 de Janeiro do mesmo ano, que fica a fazer parte inte-

grante desta escritura e que os outorgantes declaram de o terem lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que, é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Arquivo para instrução do acto os seguintes documentos:

- a) Documento complementar a que atrás se fez alusão, rubricado e assinado pelos outorgantes e por mim do notário;
- b) Certidão de admissibilidade, passado pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais em Luanda, aos 9 de Maio de 2012.

Adverti os outorgantes que o registo deste acto deve ser requerido no prazo de três meses, a contar desta data.

Esta escritura, foi lida aos outorgantes e aos mesmos feita a explicação do seu conteúdo e efeitos tudo em voz alta.

Assinados: - Eduardo Catoti e Domingos Sapalo.

O Notário, José Rodrigues Vieira.

Conta registada sob o n.º 39. - (Rubricado), Rodrigues. Caderneta n.º 356. - (Rubricado), Rodrigues.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

Cartório Notarial da Comarca do Moxico, em Luena, aos 12 de Setembro de 2012. — O Notário, José Rodrigues Vieira.

## ESTATUTO DA SOCIEDADE EDUARDO CATOTI & DOMINGOS SAPALO — CONSTRUÇÃO, COMÉRCIO E AGRO-PECUÁRIA, LIMITADA

### 1.º

A sociedade adopta a denominação de «EDUARDO CATOTI & DOMINGOS SAPALO — Construção, Comércio e Agro-Pecuária, Limitada», tem a sua sede social na Cidade do Luena, Moxico, podendo abrir filiais, sucursais, agências ou outra forma de representação onde e quando as circunstâncias o permitirem.

### 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado e o seu início para todos os efeitos legais, contar-se-á a partir da data da celebração da presente escritura.

### 3.º

O seu objecto social é o exercício da construção civil e fiscalização de obras públicas, comércio geral por grosso e a retalho, agro-pecuária, hotelaria e turismo, indústrias pesada e ligeira, transportes de passageiros e mercadorias de longo e médio curso, transportes aéreos, marítimos, agente despachante, transitórios, cabotagem, perfumaria, prestação de serviços, representações comerciais e industriais, agência de viagens, imobiliários, relações públicas, desporto e recreação, jardinagem, higiene e limpeza, colégios, creches, escola, pesca artesanal e marítima, apicultura, piscicultura.

silvicultura, compra e venda de viaturas novas e usadas e seus acessórios, consultoria de projectos, educação, ensino e saúde, compra e venda de equipamento de caça, compra e venda de combustíveis e lubrificantes inclusive gás butano, exploração de todo o tipo de jazigos minerais (água mineral, ouro, diamantes e outras pedras semi-preciosas) exploração florestal, importação e exportação, podendo no entanto dedicar-se ao exercício de outros ramos, desde que seja permitido por lei.

4.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro em Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), constituído e representado por duas quotas iguais e do valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), sendo uma de cada um dos sócios.

5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer a sociedade os suprimentos de que ela carecer, mediante os juros e condições de reembolso que estipularem.

6.º

Fica autorizada a cessão de quotas entre os sócios, mas quando feita a terceiros, para além da sociedade gozar do direito de preferência, depende sempre do seu consentimento. Não usando a sociedade do seu direito de preferência, este competirá aos sócios e, querendo-a mais do que um a quota será dividida.

7.º

1. A gêrência e a administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, activa e passivamente, em juízo e fora dele, será exercida por todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução, sendo sempre necessária duas assinaturas para obrigar validamente a sociedade.

2. Os sócios-gerentes poderão delegar no outro sócio ou em pessoa estranha a sociedade, todos ou parte dos seus poderes, conferindo-lhe para o efeito o respectivo mandato em nome da sociedade.

3. Fica expressamente vedado aos sócios-gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

8.º

As Assembleias Gerais serão convocadas, quando a lei não prescreva outras formalidades, por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios e expedidas pela via mais rápida, com pelo menos 15 dias de antecedência. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a convocação deverá ser feita com dilatação suficiente para ele poder comparecer.

9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem de dez por cento para o fundo de reserva legal, quando devido e quaisquer outras percentagens para fundos especiais, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

10.º

Os anos sociais serão os civis e em cada ano social far-se-á um balanço que deverá estar encerrado e datado até 31 de Dezembro do ano a que disser respeito, devendo estar aprovado e assinado até fins de Março do exercício imediato.

11.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com o sobrevivente ou capaz e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo nomear um que a todos represente, enquanto a quota estiver indivisa.

12.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos serão liquidatários e a liquidação e partilha procederão como para ela acordarem. Na falta de acordo e se algum dos sócios o pretender, será o activo social lícitado em globo, com a obrigação de pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

13.º

Para todas as questões emergentes deste contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca do Moxico, com expressa renúncia a qualquer outro.

14.º

No omissio regularão as deliberações sociais tomadas em forma legal e demais legislação que lhe seja aplicável.

(14-80569-L02)

### NORSOLDA — Angola, Limitada

Certifico que, de folhas 94 e 95, do livro de notas para escrituras diversas n.º 30-A, 2.ª série, do 3.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, a cargo da Notária, Teresa Azenayda Cardoso Canda Monteiro, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Constituição da sociedade «NORSOLDA — Angola, Limitada».

No dia 14 de Janeiro de 2014, em Luanda e no 3.º Cartório Notarial da mesma Comarca, perante mim, Teresa Azenayda Cardoso Canda Monteiro, Notária no referido Cartório, compareceram como outorgantes:



*Primeiro:* — António de Oliveira Madaleno, casado com Maria Rosoleida da Silva Magalhães, sob o regime de separação de bens, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito da Maianga, Bairro Maianga, Rua Kateculo Mengo, n.º 122, titular do Bilhete de Identidade n.º 000090380LA010, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, aos 19 de Novembro de 2010;

*Segundo:* — José Carlos de Magalhães Madaleno, divorciado, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Bairro Azul, Rua Francisco Sotto Mayor, n.º 67, Ingombota, titular do Bilhete de Identidade n.º 000349081LA031, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, aos 6 de Agosto de 2009.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos referidos documentos de identificação.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura, constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada «NORSOLDA — Angola, Limitada», com sede em Luanda, na Avenida 4 de Fevereiro, n.º 16, 2.º andar, Sala 3, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, uma no valor nominal de Kz: 75.000,00 (setenta e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio José Carlos de Magalhães Madaleno, e outra no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio António de Oliveira Madaleno.

Que a dita sociedade tem por objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e reger-se-á pelos artigos constantes do documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que os outorgantes declaram o ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Arquivo para a instrução do acto, os seguintes documentos:

- a) Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- b) Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais, em Luanda, aos 20 de Novembro de 2013;
- c) Comprovativo do depósito do capital social.

Em voz alta e na presença de ambos, fiz a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e efeitos, bem como a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de 90 dias, a contar de hoje.

Assinaturas: José Carlos de Magalhães Madaleno e António de Oliveira Madaleno.

A Notária, Teresa Azenayda Cardoso Canda Monteiro.

Imposto do selo: Kz: 100,00 (cem kwanzas)

Conta registada sob o n.º 3.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

Luanda, aos 15 de Janeiro de 2014. — A Ajudante Principal, *Graça de Oliveira Francisco*.

## ESTATUTOS DA SOCIEDADE NORSOLDA — ANGOLA, LIMITADA

### ARTIGO 1.º

(Tipo e firma)

A sociedade adopta a denominação de «NORSOLDA — Angola, Limitada».

### ARTIGO 2.º

(Sede)

1. A sociedade tem a sua sede em Luanda, na Avenida 4 de Fevereiro, 16, 2.º andar, Sala 3.

2. Por simples deliberação da gerência podem ser criadas sucursais, agências, delegações ou outras formas de locais de representação no território nacional ou no estrangeiro.

### ARTIGO 3.º

(Objecto)

1. A sociedade tem por objecto a formação profissional, a prestação de serviços de reparação, montagens e assistência técnica no ramo da indústria metalomecânica; actividades de mecânica em geral; outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas diversas, bem como construção e engenharia civil.

2. A sociedade pode adquirir participações em sociedades com objecto diferente daquele que exerce ou em sociedades reguladas por leis especiais e integrar agrupamentos complementares de empresas, através de mecanismos legalmente permitidos.

### ARTIGO 4.º

(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), encontrando-se integralmente realizado em dinheiro, entrado na caixa social e dividido pelas seguintes quotas: uma quota de Kz: 75.000,00, pertencente ao sócio José Carlos de Magalhães Madaleno, uma quota de Kz: 25.000,00, pertencente ao sócio António de Oliveira Madaleno.

### ARTIGO 5.º

(Cessão de quotas)

1. A cessão de quotas a estranhos fica dependente do prévio consentimento da sociedade.

2. Na cessão onerosa de quotas a estranhos terão direito de preferência a sociedade e os sócios, sucessivamente.

### ARTIGO 6.º

(Amortização de quotas)

1. A sociedade poderá amortizar qualquer quota:

- a) Por acordo dos sócios;
- b) Em caso de morte, no caso da quota não se transmitir aos seus descendentes ou insolvência do sócio;

- c) Em caso de arresto, arrolamento ou penhora de quota;
  - d) Por infracção do sócio em outorgar a escritura de cedência da sua quota, depois de os sócios ou a sociedade terem declarado preferir na cessão, de harmonia com o disposto no artigo 5.º deste contrato;
  - e) Por partilha judicial ou extrajudicial de quota, na parte em que não for adjudicado ao seu titular.
2. A quota amortizada figurará no balanço como tal, podendo porém, os sócios deliberar nos termos legais a correspondente redução do capital ou o aumento do valor das restantes quotas, ou, ainda, a criação de uma ou mais quotas de valor nominal compatível para alienação a sócios ou terceiros.

**ARTIGO 7.º**  
(Gerência)

- 1. A administração e representação da sociedade é exercida por gerentes eleitos em Assembleia Geral.
- 2. A sociedade obriga-se com a intervenção de um gerente.
- 3. A Assembleia Geral deliberará se a gerência é remunerada.
- 4. A gerência não poderá obrigar a sociedade em letras de favor, fianças, abonações, nem em quaisquer actos semelhantes ou estranhos aos negócios sociais.

**ARTIGO 8.º**  
(Assembleias Gerais)

- 1. As Assembleias Gerais, quando a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por meios de cartas ou bilhetes postais registados, dirigidos aos sócios e pela via mais rápida, com, pelo menos, 15 (quinze) dias de antecedência.
- 2. Os sócios podem livremente designar quem os representará nas Assembleias Gerais.

**ARTIGO 9.º**  
(Início de actividade)

A sociedade poderá entrar imediatamente em actividade, ficando desde já qualquer dos sócios ou seu representante legal mandatado para proceder aos actos de registo da sociedade.

**ARTIGO 10.º**  
(Omissões)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e legislação aplicável.

(14-0875-L01)

**Praça Livre, Limitada**

Certifico que, com início as folhas 10/11, do livro de notas para escrituras diversas n.º 24, do 5.º Cartório Notarial

da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Constituição da sociedade «Praça Livre, Limitada».

No dia 18 de Dezembro de 2013, nesta Cidade de Luanda e no 5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, a meu cargo, perante mim, José Braga, Notário do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

*Primeira:* — Luisiane D'Assunção Cadete de Azevedo, solteira, maior, natural de Setúbal, Portugal mas de nacionalidade angolana, residente habitualmente em Luanda, no Município do Kilamba Kiaxi, Bairro Golf, Rua 6, Casa n.º 189, Zona 20, titular do Bilhete de Identidade n.º 000761881OE037, emitido pela Direcção Nacional de Identificação de Angola em Luanda, aos 19 de Dezembro de 2012;

*Segundo:* — Mauro Celso Correia Migueis, solteiro, maior, natural do Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, residente habitualmente em Luanda, no Município do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua Senado da Câmara n.º 712, titular do Bilhete de Identidade n.º 000387537LA034, emitido pela Direcção Nacional de Identificação de Angola em Luanda, aos 4 de Janeiro de 2013;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos mencionados documentos de identificação.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura, constituem entre si, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «Praça Livre, Limitada», com sede em Luanda, Bairro Urbanização Nova Vida, Rua 6, Casa n.º 189, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País;

Que a referida sociedade tem como capital social Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Luisiane D'Assunção Cadete de Azevedo e Mauro Celso Correia Migueis, respectivamente.

A sociedade tem como objecto social, o previsto no artigo 3.º do seu estatuto, e reger-se-á pelos artigos constantes do documento complementar, elaborado em separado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial que fica a fazer parte integrante desta escritura e que os outorgantes declaram ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- a) Documento complementar a que atrás se faz referência assinado pelos outorgantes e por mim Notário;

b) Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais em Luanda, aos 5 de Dezembro 2013;

c) Comprovativo do depósito bancário efectuado no Banco Standard Bank. S.A., a 10 de Dezembro de 2013, que prova a realização do capital social.

Aos outorgantes e na presença dos mesmos, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de 90 dias.

Imposto de selo: K: 350,00.

## ESTATUTO DA SOCIEDADE PRAÇA LIVRE, LIMITADA

### 1.º

A sociedade adopta a denominação «Praça Livre, Limitada», tem a sua sede em Luanda, Bairro Urbanização Nova Vida, Rua 6, Casa n.º 189, Município de Belas, podendo abrir filiais, agência, sucursais ou qualquer espécie de representação em todo o território nacional ou estrangeiro.

### 2.º

A sua duração é de tempo indeterminado, a contar da data da respectiva escritura.

### 3.º

O seu objecto social é o exercício de hotelaria e turismo, comércio geral, a grosso e a retalho, indústria, educação, elaboração de projectos e consultoria, prestação de serviços, piscinas, manutenção e reabilitação, formação profissional, transportes, *rent-a-car*, salão de festas, representações, informática, telecomunicações, salão de beleza, creche, agência de viagens, venda de diamante, exploração mineira e florestal, farmácia, agro-pecuária, agricultura, avicultura, exploração de petróleo, venda de combustíveis, lubrificante, construção civil e obras públicas, gráfica e impressão, importação e exportação, podendo dedicar-se a qualquer ramo de comércio, indústria ou serviços, de acordo com os sócios e conforme a lei vigente.

### 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas iguais, no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Luisiane D'Assunção Cadete de Azevedo e Mauro Celso Correia Migueis.

### 5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos que ela carecer, mediante o juro e nas condições que estipularem.

### 6.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas quando feita a estranhos fica dependente de consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado direito de preferência, deferido aos sócios se daquela eles não quiserem fazer uso, incluindo os dispostos no previsto na Lei das Sociedades Comerciais.

### 7.º

A gerência e administração da sociedade em todos os actos e contratos em juízo e de fora dele, activa e passivamente será exercida pelos sócios Luisiane D'Assunção Cadete de Azevedo e Mauro Celso Correia Migueis que são dispensados de caução, ficam desde já nomeados gerentes bastando a assinatura de um para obrigar validamente a sociedade.

1. Os sócios-gerentes poderão delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade mediante procuração, todos ou parte dos seus poderes de gerência conferindo para efeito o respectivo mandato em nome da sociedade.

2. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

### 8.º

As Assembleias Gerais serão convocadas quando a lei não prescreva outras formalidades por meio de cartas registadas, dirigidos aos sócios com pelo menos 15 dias de antecedência. Se qualquer sócio estiver ausente do local da sede social, a convocação deverá ser feita a dilatação suficiente para este poder comparecer.

### 9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para o fundo de reserva legal e quaisquer outras percentagens para fundos ou destinos especiais criados pelos sócios em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas e em igual proporção, serão suportados bem como as perdas se as houver.

### 10.º

Os anos sociais são os civis e os balanços serão dados a 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados e assinados até fim de Março do ano seguinte.

### 11.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com o sobrevivente e com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a respectiva quota estiver indivisa.

### 12.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos eles serão liquidatários e, a liqui-

dação e partilha, procederão como então acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em global, como obrigação do passivo e adjudicado ao sócio que melhor oferecer em igualdade de condições.

13.º

Em todo omissos, regularão as deliberações sociais tomadas em forma legal e as disposições da Lei das Sociedades Comerciais em vigor.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 18 de Dezembro de 2013. — O ajudante, *ilegível*.

(14-0825-L07)

### Camilo Gonçalves e Filhos, Limitada

Certifico que, por escritura de 17 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 89, do livro de notas para escrituras diversas n.º 4, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Inocência Mambo Muai Gonçalves, casada com João Artur Camilo Gonçalves, sob regime de comunhão de adquiridos, natural da Damba, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, Município de Luanda, Distrito do Sambizanga, Bairro São Paulo, Casa n.º 15;

*Segundo:* — João Artur Camilo Gonçalves, casado com Inocência Muai Mambo Gonçalves, sob regime de comunhão de adquiridos, natural do Rangel, Província de Luanda, residente habitualmente em Luanda, Município de Belas, Distrito da Samba, Bairro Samba, Rua Dr. João de Castro, n.º 35;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 17 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

### ESTATUTOS DA SOCIEDADE CAMILO GONÇALVES E FILHOS, LIMITADA

#### ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Camilo Gonçalves e Filhos, Limitada», com sede social em Luanda, Bairro Benfica, Condomínio Vereda das Flores, Lote 16, Casa n.º Q-9, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

#### ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

#### ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, pastelaria, restauração, venda de lubrificantes, hotelaria e turismo, indústria, pescas, agro-pecuária, agricultura, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, compra e venda de móveis e imóveis, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre, camionagem, transitários, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas e de ocasião ou usadas, aluguer de viaturas com ou sem condutor, transportes de passageiros ou de mercadorias, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

#### ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), correspondente a 50%, cada uma, pertencentes aos sócios Inocência Mambo Muai Gonçalves e João Artur Camilo Gonçalves.

#### ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

#### ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe aos sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando as suas assinaturas para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

#### ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva for-

malidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

#### ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

#### ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

#### ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

#### ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

#### ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

#### ARTIGO 14.º

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(14-0923-L15)

### Afroluxus, Limitada

Certifico que, por escritura de 10 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 77 do livro de notas para escrituras diversas n.º 4 do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo da Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Eusébio João Rodrigues Dias dos Santos, casado com Antonica Domingos Dias dos Santos, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Sambizanga,

Província de Luanda, residente habitualmente em Luanda, Município de Viana, Bairro Viana, Casa n.º 223;

*Segundo:* — Antonica Domingos Dias dos Santos, casada com Eusébio João Rodrigues Dias dos Santos, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Malanje, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, Município de Viana, Bairro Viana, Casa n.º 278;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 15 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

### ESTATUTOS DA SOCIEDADE AFROLUXUS, LIMITADA

#### 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Afroluxus, Limitada», com sede social em Luanda, Bairro Morro Bento, Distrito da Samba, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

#### 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

#### 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, indústria, pescas, agro-pecuária, hotelaria e turismo, agência de viagens, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, comercialização de material de construção, comercialização de telefones e seus acessórios, exploração mineira, florestal e madeira, transportes marítimos, camionagem, agente despachante, transitário, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas e usadas e seus acessórios, transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de combustível e lubrificantes, petróleo, diamantes e outros recursos minerais e não minerais do solo e subsolo nacional, óleo, exploração de bomba de combustível e estação de serviço, medicamentos, material cirúrgico gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, centro médico, clínica geral, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, mobiliário, estofos e decorações, boutique, imobiliários, relações públicas, pastelaria, geladaria, panificação, prestação de serviços, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, videoclube, venda de equipamentos de caça, manutenção de espaço verde e jardinagem,



segurança de bens patrimoniais, colégio, creche, educação e cultura, escola de condução, ensino, equipamentos e matérias-primas para hotelaria, pastelaria e padaria, máquinas e equipamentos industriais e domésticos, matérias-primas e equipamentos para limpeza industrial e doméstica, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

## 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencentes aos sócios Eusébio João Rodrigues Dias dos Santos e Antonica Domingos Dias dos Santos, respectivamente.

## 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

## 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Eusébio João Rodrigues Dias dos Santos, que desde já fica nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

## 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

## 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

## 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou

interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

## 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios, e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e à liquidação e partilha realizar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em bloco, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

## 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

## 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

## 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

## 14.º

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(14-0915-L15)

### Cabeleireiro Flor de Lotes, Limitada

Certifico que, por escritura de 14 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 83 do livro de notas para escrituras diversas n.º 4, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Vácia de Castro de Almeida, solteira, maior, natural do Kwanza-Sul, residente em Luanda, Município de Belas, Distrito Urbano da Samba, Bairro Samba, Casa n.º 223, Zona 3;

*Segundo:* — Dálvia Rosa Torres de Almeida Gomes, casada com Francisco Custódio Gomes, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Kwanza-Sul, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua Lino Amezaga, n.º 58;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 15 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

## ESTATUTOS DA SOCIEDADE CABELEREIRO FLOR DE LOTES, LIMITADA

### 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Cabeleireiro Flor de Lotes, Limitada», com sede social em Luanda, Bairro Azul, casa s/n.º, Distrito Urbano da Samba, Município de Luanda, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

### 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

### 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio geral, prestação de serviços, modas e confecções, salão de cabeleireiro, botequim, assistência técnica, perfumaria, imobiliária, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

### 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes às sócias Vácia de Castro de Almeida e Dálvia Rosa Torres de Almeida Gomes, respectivamente.

### 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido às sócias se a sociedade dele não quiser fazer uso.

### 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe às sócias, que desde já ficam nomeadas sócias-gerentes, com dispensa de caução, bastando as suas assinaturas para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado às gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

### 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas às sócias com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer das sócias estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

### 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelas sócias na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

### 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer das sócias, continuando a sua existência com a sobrevivência e herdeiros ou representantes da sócia falecida ou interdita, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

### 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo das sócias, e nos demais casos legais, todas as sócias serão liquidatárias e à liquidação e partilha realizar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se alguma delas o pretender, será o activo social lícitado em bloco, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado à sócia que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

### 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócia, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

### 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre as sócias, seus herdeiros ou representantes, quer entre elas e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

### 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

No omissão regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(14-0916-L15)

### DAVIGOMES TRADING — Comércio Geral, Limitada

Certifico que, com início a folhas 16, do livro de notas para escrituras diversas n.º 24, do 5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Cessão de quotas e alteração parcial do pacto social da sociedade «DAVIGOMES TRADING — Comércio Geral, Limitada».

No dia 19 de Dezembro de 2013, nesta Cidade de Luanda, no 5.º Cartório Notarial, a meu cargo, perante mim José Braga, Notário Licenciado em Direito, compareceram como outorgantes:

*Primeiro:* — António David Gomes, solteiro, maior, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, Município de Belas, Bairro Talatona, Rua Principal, Zona 3, titular do Bilhete de Identidade n.º 000008074LA020, emitido pela Direcção Nacional de Identificação de Angola em Luanda, aos 15 de Agosto de 2013, que outorga por si individualmente, em nome e em representação de seu filho legal, Délcio Vagner Borges Gomes, de 16 anos de idade, natural da Ingombota, Província de Luanda e, consigo convivente;

*Segundo:* — Lídia Cardoso Silvestre, solteira, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, Município de Belas, Bairro Talatona, Rua do Futungo, casa s/n.º, titular do Bilhete de Identidade n.º 000204966LA013, emitido pela Direcção Nacional de Identificação de Angola em Luanda, aos 18 de Fevereiro de 2013;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos mencionados documentos.

Declarou o 1.º outorgante, António David Gomes:

Que, ele e o seu representado, Délcio Vagner Borges Gomes, são ao presente os actuais e únicos sócios da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «DAVIGOMES TRADING — Comércio Geral, Limitada», com sede em Luanda, Bairro Terra Nova, Rua Comandante Cantiga, Casa n.º 16, Zona 15, Município do Rangel, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda — SIAC, sob o n.º 846/131115, titular do NIF 5402152250, constituída por escritura de 28 de Abril de 2006, lavrada com início a folhas 79-A, do livro de notas para escrituras diversas n.º 12-B, 2.ª série, do 3.º Cartório Notarial de Luanda, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado, dividido e representado por duas quotas sendo: uma no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente ao sócio, António David Gomes; e uma no valor nominal

de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Délcio Vagner Borges Gomes;

Que dando cumprimento ao que foi deliberado em acta da reunião de Assembleia Geral, realizada na sua sede, aos 17 do corrente mês e ano, e pela presente escritura, o 1.º outorgante, António David Gomes, divide a sua quota em duas novas, sendo: uma no valor nominal de Kz: 63.000,00 (sessenta e três mil kwanzas), que reserva para si próprio; e, outra no valor nominal de Kz: 27.000,00 (vinte e sete mil kwanzas), que cede à 2.ª outorgante, Lídia Cardoso Silvestre;

Que, pela 2.ª outorgante Lídia Cardoso Silvestre, foi dito:

Que, aceita a referida cessão nos precisos termos exarados, e assim é admitido para a sociedade como nova sócia;

E, pelos 1.º e 2.ª outorgantes, António David Gomes e, Lídia Cardoso Silvestre, foi dito:

Que, sendo agora eles e o representado do 1.º outorgante, Délcio Vagner Borges Gomes, os actuais e únicos sócios da sobredita sociedade, de comum acordo e pela presente escritura, alteram os corpos dos artigos 1.º e 4.º do pacto social da aludida sociedade, aos quais passam a ter a seguinte nova redacção:

#### ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «DAVIGOMES TRADING — Comércio Geral, Limitada», tem a sua sede em Luanda, no Bairro Talatona, Rua F4, casa s/n.º, Município de Belas, podendo abrir filiais, sucursais, agências ou qualquer outra forma de representação em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro, onde mais convenha aos negócios sociais.

#### ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 kwanzas, integralmente realizado em dinheiro e outros valores do activo social, e acha-se dividido e representado por três quotas sendo: uma quota no valor nominal de Kz: 63.000,00 kwanzas, pertencente ao sócio António David Gomes; uma quota no valor nominal de Kz: 27.000,00 kwanzas, pertencente à sócia Lídia Cardoso Silvestre; e uma quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 kwanzas, pertencente ao sócio Délcio Vagner Borges Gomes.

Que em tudo o mais não alterado, se mantêm em conformidade com o acto inicial. Assim o disseram e outorgaram;

Instruem este acto:

- Acta avulsa atrás identificada;
- Certidão de registo comercial emitida pela Conservatória de Registo Comercial de Luanda (SIAC), aos 23 de Novembro de 2013.

Aos outorgantes, e na presença dos mesmos, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo, e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de 90 dias.

Imposto do selo: Kz: 260,00.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 19 de Dezembro de 2013. — O ajudante principal, *ilegível*.  
(14-0824-L079.

### P.V.K. — Contabilidade e Auditoria, Limitada

Certifico que, por escritura de 16 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 80, do livro de notas para escrituras diversas n.º 339, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Pedro Vicente Kuanguluka, solteiro, maior, natural de Mbanza Congo, Província do Zaire, residente habitualmente em Luanda, no Município de Belas, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Golf II, Urbanização Nova Vida, casa s/n.º, que outorga neste acto por si individualmente e em nome e representação de seus filhos menores, Pedro Vicente Macaia Kuanguluka, de 13 anos de idade, Disonama Paulina Kuanguluka, de 10 anos de idade, Luzizila Paulina Macaia Kuanguluka e Eduardo Macaia Kuanguluka, ambos de 7 anos de idade, todos naturais de Luanda e consigo conviventes;

*Segundo:* — Florência Paulina Macaia, solteira, maior, natural de Maquela do Zombo, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Neves Bendinha, Casa n.º 183.

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 16 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

### ESTATUTO DA SOCIEDADE

### P.V.K. — CONTABILIDADE E AUDITORIA, LIMITADA

#### ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «P.V.K. — Contabilidade E Auditoria, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Eugénio de Castro, Casa n.º 112, Bairro Vila Alice, Distrito Urbano do Rangel, Município de Luanda, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

#### ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

#### ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto social prestação de serviços, hotelaria e turismo, comércio geral a grosso e a retalho, indústria, pescas, agro-pecuária, agricultura, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, compra e venda de móveis e imóveis, modas e confecções, transportes, marítimo, aéreo e terrestres de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espetáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

#### ARTIGO 4.º

(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 6 (seis) quotas sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente ao sócio Pedro Vicente Kuanguluka, e 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente à sócia Florência Paulina Macaia, e 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Pedro Vicente Macaia Kuanguluka e Disonama Paulina Kuanguluka, e 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Luzizila Paulina Macaia Kuanguluka e Eduardo Macaia Kuanguluka, respectivamente.

#### ARTIGO 5.º

(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

#### ARTIGO 6.º

(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passiva-

mente, incumbem ao sócio Pedro Vicente Kuanguluka, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-gerente poderá delegar mesmo a pessoas estranhas a sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o eleito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º  
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º  
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º  
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º  
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social liquidado em bloco, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º  
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º  
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º  
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º  
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-0881-L02)

Triple WV, Express, Limitada

Certifico que, por escritura de 16 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 48, do livro de notas para escrituras diversas n.º 184-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciada em Direito, foi constituída entre:

António Luís Ventura, solteiro, maior, natural de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Palanca, Rua A, Casa n.º 3, titular do Bilhete de Identidade n.º 000491879LA030, emitido aos 8 de Dezembro de 2011, que outorga neste acto em nome e representação da Antónia Vanusa Jacinto Carlos da Silva, casada com Carlos Orneias Fonseca da Silva, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Rangel, Província de Luanda, onde reside habitualmente, Bairro Rangel, Rua do Hoji-ya-Henda, Bloco 28, r/c, titular do Bilhete de Identidade n.º 000065563LA020, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, aos 30 de Março de 2009 e Solange Fernandes Costa Nunes, solteira, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro da Ingombota, Rua da Missão n.º 18, 3.º andar, Zona 4, titular do Bilhete de Identidade n.º 000264614LA032, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, aos 17 de Junho de 2010.

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 17 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE  
TRIPLE WV EXPRESS, LIMITADA

CLÁUSULA 1.ª  
(Firma e sede)

1. A sociedade adopta a denominação de «Triple WV, Express, Limitada», com sede em Luanda, na Rua Bartolomeu Dias n.º 51, r/c, Porta n.º 5, Bairro da Ingombota, Distrito da Ingombota.



2. A gerência poderá mudar a sede social para outro local dentro do território nacional, bem como criar sucursais, filiais, delegações ou outras formas de representação no território nacional ou no estrangeiro.

**CLÁUSULA 2.ª**  
(Duração)

A sociedade é constituída por tempo indeterminado, contando o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura pública de constituição da sociedade.

**CLÁUSULA 3.ª**  
(Objecto social)

A sociedade tem por objecto social, a prestação de serviços de estafeta, limpeza, organização de eventos, serviços de protocolo, serviços de recuperação de dados, higienização de computadores e sua optimização, consumíveis de escritório, comercialização de equipamentos de escritório, comércio geral a grosso e a retalho de equipamentos informáticos e electrónicos, comercialização de telefones e seus acessórios, serviços de decoração, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

**CLÁUSULA 4.ª**  
(Capital social)

1. O capital social, integralmente realizado em numérico é de Kz: 100.000 (cem mil kwanzas), integralmente subscrito e realizado em dinheiro e representado pelas seguintes quotas:

a) Uma quota com o valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), representativa de 50% (cinquenta por cento) do capital social, pertencente a sócia Antónia Vanusa Jacinto Carlos da Silva;

b) Uma quota com o valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), representativa de 50% (cinquenta por cento) do capital social, pertencente à sócia Solange Fernandes Costa Nunes.

2. O capital social deverá ser integralmente subscrito até à outorga da escritura pública.

3. Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, nos termos e condições que forem fixadas em Assembleia Geral.

**CLÁUSULA 5.ª**  
(Transmissão de participações sociais)

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas quando feita a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, gozando os sócios em primeiro lugar e a sociedade em segundo, do direito de preferência.

**CLÁUSULA 6.ª**  
(Gerência)

1. A administração da sociedade, bem como a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, será

nomeada em Assembleia Geral, sendo entretanto necessárias duas assinaturas para obrigar validamente a sociedade.

2. A gerência poderá ser delegada a uma pessoa estranha à Sociedade por intermédio de um mandato.

3. A constituição, subscrição ou a aquisição de participações noutras sociedades não depende de prévia deliberação da Assembleia Geral.

4. Fica vedado à gerência obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes, bem como a prestação de garantias reais, respondendo para o efeito por perdas e danos se transgredir esta cláusula.

**CLÁUSULA 7.ª**  
(Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral será presidida pelo sócio-gerente ou pelo seu representante legal.

2. Os sócios podem, livremente, através de procuração, designar quem os represente nas Assembleias Gerais, desde que a sociedade seja informada com 24h de antecedência sobre a data em que a mesma se deverá realizar.

3. A Assembleia Geral será convocada por carta simples, dirigida aos sócios com uma semana de antecedência.

**CLÁUSULA 8.ª**  
(Lucros)

1. Só serão distribuídos dividendos aos sócios após a dedução de todas as despesas da sociedade, bem como dos valores necessários à integração de reservas legais e estatutárias.

2. Os sócios por maioria simples dos votos poderão constituir reservas estatutárias.

3. Os sócios por maioria simples poderão deliberar a não distribuição de dividendos.

4. Os sócios não poderão reiteradamente impedir a distribuição de dividendos, considerando-se como tal cinco anos consecutivos.

**CLÁUSULA 9.ª**  
(Anos sociais)

Os anos sociais são os civis e os balanços serão apresentados a 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados e assinados até fins de Março imediato.

**CLÁUSULA 10.ª**  
(Protecção de participações sociais)

A sociedade reserva-se ao direito de amortizar a quota de qualquer sócio quando sobre ela recaiam arrestos, penhora ou qualquer outra providência cautelar.

**CLÁUSULA 11.ª**  
(Aquisição de participações sociais)

A sociedade poderá participar no capital de outras sociedades comerciais com objecto social idêntico ou não, desde que sejam de responsabilidade limitada.

**CLÁUSULA 12.ª**  
(Dissolução e liquidação)

1. A sociedade não se dissolverá por morte ou incapacidade de nenhum dos sócios ou seus representantes,

continuando com os sobreviventes ou capazes e com os herdeiros ou representantes do sócio do falecido ou incapaz, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

2. Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha, será efectuada como acordarem.

3. Na falta de acordo e se algum dos sócios pretender, será o activo social lícitado em globo, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

**CLÁUSULA 13.ª**  
(Disposições finais e transitórias)

Os casos que constituam omissões nos termos do presente estatuto serão supridos por deliberação da Assembleia Geral de sócios e pelas disposições legais aplicáveis às sociedades em geral e demais legislação vigente em Angola.

Os sócios, através de deliberações, poderão derogar as normas dispositivas da Lei das Sociedades Comerciais.

(14-0891-L02)

**Kienexinda, Limitada**

Certifico que, por escritura de 20 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 31, do livro de notas para escrituras diversas n.º 340, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Fernanda Vaz da Rocha, solteira, maior, natural de Luanda, residente no Município de Belas, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Urbanização Nova Vida, Rua 49, Edifício n.º 68, Apartamento 2;

*Segundo:* — Manuel da Silva Caetano, solteiro, maior, natural do Dande, Província do Bengo, residente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassenda, Rua 12, Casa n.º 82, Zona 6, que outorga neste acto como representante legal de suas filhas menores, Manuela Yetu da Rocha Caetano, de 3 anos de idade, natural de Windhoek, Namíbia, mas de nacionalidade angolana e Kiene Kiamuxinda da Rocha Caetano, de 1 ano de idade, natural de Luanda e ambas consigo conviventes;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 20 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTO DA SOCIEDADE  
KIENEXINDA, LIMITADA**

**ARTIGO 1.º**

A sociedade adopta a denominação de «Kienexinda, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua 49, Edifício n.º 68, Apartamento n.º 2, Zona 20, Bairro

Urbanização Nova Vida, Município de Belas, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

**ARTIGO 2.º**

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

**ARTIGO 3.º**

A sociedade tem como objecto a prestação de serviços, consultoria, representações comerciais e industriais, comércio geral a grosso e a retalho, gestão, promoção e mediação imobiliária, agente despachante e transitários, importação e exportação podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

**ARTIGO 4.º**

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente à sócia Fernanda Vaz da Rocha, e 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Manuela Yetu da Rocha Caetano e Kiene Kiamuxinda da Rocha Caetano, respectivamente.

**ARTIGO 5.º**

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

**ARTIGO 6.º**

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao Manuel da Silva Caetano, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente e da sócia Fernanda Vaz da Rocha para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar a um sócio ou mesmo em pessoa estranha à sociedade, parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

**ARTIGO 7.º**

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

## ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

## ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os sobreviventes e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

## ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

## ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

## ARTIGO 12

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

## ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

## ARTIGO 14.º

No omissão regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-0952-L02)

### One Vision, Limitada

Certifico que, por escritura de 16 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 339, do livro de notas para escrituras diversas n.º 79, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Guálter Mirano Moniz César, casado com Miquelina Panzo Bambi César, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Uíge, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, no Município de Viana, Bairro Zango II, Casa n.º J-04;

*Segundo:* — Miquelina Panzo Bambi César, casada com o primeiro outorgante, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Maianga, Província de Luanda, residente habitualmente no Município de Viana, Bairro Zango II, Casa n.º J-04;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 16 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

## ESTATUTO DA SOCIEDADE ONE VISION, LIMITADA

## ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «One Vision, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Luanda Sul, casa s/n.º, Bairro Talatona, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

## ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

## ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto social consultoria em gestão de recursos humanos, formação e desenvolvimento, contabilidade, consultoria financeira, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

## ARTIGO 4.º

(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo uma (1) no valor nominal de Kz: 75.000,00 (setenta e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio Gualter Mirano Moniz César e outra quota no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio Miquelina Panzo Bambi César, respectivamente.

## ARTIGO 5.º

(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º  
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio Gualter Mirano Moniz César, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º  
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º  
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º  
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º  
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social liquidado em bloco, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º  
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º  
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º  
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º  
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-0882-L02)

## AMV — Empreendimentos (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Licenciado em Direito, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché da Empresa.

Certifico que, António José Melhor Varzea solteiro maior, natural da S.S. da Lisboa, residente no Município de Belas, Rua Quifica, Zona do Benfica, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «AMV - Empreendimentos (SU), Limitada», registada sob o n.º 167/14, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo:

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché da Empresa, em Luanda, 16 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE  
AMV — EMPREENDIMENTOS (SU), LIMITADAARTIGO 1.º  
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação social de «AMV — Empreendimentos (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua do Kifica, casa s/n.º, próximo do BFA, Bairro Benfica, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º  
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º  
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social, prestação de serviços de empreiteiros no ramo da construção civil e obras públicas, comércio geral a grosso e a retalho, indústria e fabrico de cimento cola, comercialização de material de construção civil, empreendimentos, representações comerciais, hotelaria e turismo, serviços de logística e abastecimento de mercadorias, comercialização de equipamentos e bens industriais, comercialização de veículos novos e usados, compra e venda de mercadoria pesada e ligeira, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que o sócio único acorde e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º  
(Capital social)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único António José Melhor Varzea.

ARTIGO 5.º  
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º  
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear em pessoa estranha a sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º  
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual as deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas, em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º  
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º  
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da LSC.

ARTIGO 10.º  
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º  
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(14-0883-L02)

**Conde Sekou, Limitada**

Certifico que, por escritura de 16 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 89, do livro de notas para escrituras diversas n.º 339, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Conde Sekou, casado com Ortância Molanda, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Kouroussa, Guiné Conakri, de nacionalidade guineense conakri, residente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassequel do Lourenço, Rua 8, Casa n.º 36;

*Segunda:* — Ortância Molanda, casada com o primeiro outorgante, sob o regime acima mencionado e consigo con-vivente, natural de Belize, Província de Cabinda;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes;

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 16 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTO DA SOCIEDADE  
CONDE SEKOU, LIMITADA**

ARTIGO 1.º  
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Conde Sekou, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Machado Saldanha, Casa n.º 1, Zona 12, Bairro Neves Bendinha, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Município de Luanda, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º  
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.



ARTIGO 3.º  
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, consultoria, contabilidade, fiscalidade e auditoria, hotelaria e turismo, comércio geral a grosso e a retalho, pescas, agro-pecuária, agricultura, indústria, indústria transformadora, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, compra e venda de acessórios de viaturas, stand de automóvel, compra e venda de viaturas novas e usadas, modas e confecções, transportes, marítimo, aéreo e terrestres de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espetáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura, educação e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por Lei.

ARTIGO 4.º  
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 75.000,00 (setenta e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio Conde Sekou, e a outra quota no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas), pertencente a sócia Ortância Molanda, respectivamente.

ARTIGO 5.º  
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas à estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º  
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Conde Sekou, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-gerente poderá delegar mesmo a pessoas estranhas a sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º  
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º  
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º  
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º  
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á, como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em bloco, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º  
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º  
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º  
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º  
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-0885-L02)

### Firma Tchiquelo Comercial, Limitada

Certifico que, por escritura de 17 de Janeiro de 2014, lavrada com início á folhas 97, do livro de notas para escrituras diversas n.º 339, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a Cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, foi lavrada a escritura de constituição da sociedade entre;

Bartolomeu Domingos, solteiro, maior, natural de Andulo, Província do Bié, onde reside habitualmente, no Município do Andulo, Bairro Economico, titular que outorga neste acto por si individualmente e em representação de seus filhos menores, Barnabé Cassinda Chitula Domingos, de 11 anos de idade, Aurélia Domingos, de 14, ambos naturais do Bié;

Pela qual, foi constituída uma sociedade comercial por quotas, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 17 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

### ESTATUTO DA SOCIEDADE

#### FIRMA TCHIQUELO COMERCIAL, LIMITADA

##### ARTIGO 1.º

A sociedade adopta o tipo de sociedade por quotas e a denominação social «Firma Tchiquelo Comercial, Limitada», com sede social na Província do Bié, Rua 4 de Abril, casa s/n.º, Bairro da Canana, Município do Andulo, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

##### ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

##### ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto o comércio geral, comércio a grosso e a retalho, indústria, pescas, agro-pecuária, hotelaria, turismo, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, material de frio, modas e confecções, plastificação de documentos, transporte marítimo, aéreo e terrestre, camionagem, transitários, cabotagem, compra e venda de viaturas novas, de ocasião ou usadas, aluguer de viaturas com ou sem condutor, transporte de passageiros ou de mercadorias, oficina auto, de frio, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo iluminante e lubrificantes, de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, farmácia, centro médico, clínica, perfumaria, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, promoção e intermediação imobiliária, relações públicas, pastelaria, panificação, geladaria, explo-

ração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira, e florestal, exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviço, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, prestações de serviços, colégios, escolas de língua, cultura e ensino geral, importação e exportação, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

##### ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Bartolomeu Domingos, e 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Aurélio Domingos e Barnabé Cassinda Chitula Domingos, respectivamente.

##### ARTIGO 5.º

A cessão de quotas à estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

##### ARTIGO 6.º

1. A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio Bartolomeu Domingos, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

##### ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos (30) trinta dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

##### ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para o fundo de reserva legal, para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

##### ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sócio sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-ão, como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca do Bie, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados a 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissio se aplicarão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-0889-L02)

**SPQ-Oil & Gás, Limitada**

Certifico que, por escritura de 16 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 39, do livro de notas para escrituras diversas n.º 184-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Bráulio Danilo Cardoso Van-Deste, casado, natural do Rangel, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua António Bruto, n.os 21-23, que outorga neste acto em representação das sociedades «Solacium, Limitada», com sede em Luanda, no Município de Luanda, Distrito da Maianga, Bairro Alvalade, Rua Ferraz Bomboco, Casa n.º 50/52;

*Segundo:* — Arlindo Assunção de Sousa Viegas Narciso, casado, natural de Luanda, onde reside habitualmente, no Município e Bairro da Maianga, Rua Eduardo Mondlane n.º 93-B, que outorga neste acto como mandatário da sociedade «Inn Hlds, Limitada», com sede social em Luanda, no Município de Belas, Urbanização de Talatona, Belas Business Park. Edifício Luanda, 1.º Andar, Porta n.º 103;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 17 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTOS DA SOCIEDADE  
SPQ-OIL & GÁS, LIMITADA**

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade adopta o tipo de sociedade por quotas e a denominação de «SPQ-Oil & Gás, Limitada», tem a sua sede em Luanda, Município de Belas, Distrito da Samba, Talatona, Belas Business Park, Torre Luanda, 1.º andar, Suite 103, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prospecção, pesquisa e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos, a prestação de serviço no sector petrolífero e para petrolífero na área da formação, recrutamento, selecção, colocação, cedência temporária e gestão de pessoal, manutenção, assistência técnica, gestão de projectos, podendo no entanto explorar qualquer outro ramo de comércio ou indústria complementares, em que se verifique afinidade tecnológica com o seu objecto principal desde que permitidas por lei e aprovadas pelos sócios.

ARTIGO 4.º

(Capital social)

1. O capital social, no valor de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), está integralmente realizado em numerário e corresponde a duas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), equivalente a 90%, pertencente à sócia «Solacium, Limitada» e outra no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), equivalente a 10% pertencente à sócia «Inn Hlds, Limitada».

2. Os sócios à proporção do capital que detiverem ao tempo, gozam do direito de preferência em qualquer caso de aumento do capital social através de novas entradas, podendo qualquer um deles chamar a si, na mesma proporção, a subscrição escusada por qualquer outro.

ARTIGO 5.º

(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quizer fazer uso.

ARTIGO 6.º  
(Gerência)

1. A gestão e administração da sociedade e a sua representação, em juízo ou fora dele, activa e passivamente, compete a um gerente que será nomeado em Assembleia Geral, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao(s) gerente(s) obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º  
(Assembleia Geral)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registradas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º  
(Lucros)

Os lucros apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destintos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportados as perdas se as houver

ARTIGO 9.º  
(Dissolução)

1. A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócio, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

2. Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem.

ARTIGO 10.º  
(Amortização de quotas)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 11.º  
(Fórum competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o fórum da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 12.º  
(Anos sociais)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 10.º  
(Disposições aplicáveis)

Em tudo o mais não previsto no presente estatuto, aplicar-se-á o disposto na Lei das Sociedades Comerciais (Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro), e demais legislação complementar.

(14-0890-L02)

## SETBIT — Serviços e Formação, Limitada

Certifico que, por escritura de 16 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 1, do livro de notas para escrituras diversas n.º 340, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Mário da Conceição da Silva Soares, solteiro, maior, natural do Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua Fernando Pessoa, Casa n.º 7;

*Segundo:* — Jeremias António Luís Miguel, solteiro, maior, natural do Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Palanca, Rua A, Casa n.º 11;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 17 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE  
SETBIT — SERVIÇOS E FORMAÇÃO, LIMITADA

## ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «SETBIT — Serviços e Formação, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua do Gamek à Direita, Bairro Gamek, casa s/n.º ao lado da Escola Luz do Mundo, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

## ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

## ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social, prestação de serviços, formação na área de tecnologias de informação, informática e telecomunicações, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

## ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais, no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Mário da Conceição da Silva Soares e Jeremias António Luís Miguel, respectivamente.

## ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

## ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe aos 2 (dois) sócios, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, sendo necessárias as assinaturas dos 2 (dois) gerentes, para obrigar validamente a sociedade.

1. Os gerentes poderão delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

2. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

## ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registradas, dirigidas aos sócios com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

## ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

## ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

## ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em globo, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

## ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

## ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

## ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

## ARTIGO 14.º

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-0892-L02)

## KHB, Limitada

Certifico que, por escritura de 16 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 37, do livro de notas para escrituras diversas n.º 184-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Henriques Gomes Destino, solteiro, maior, natural de Belize, Província de Cabinda, residente habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiáxi, Bairro Golf II, Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem Loy, casa s/n.º;

*Segundo:* — Alcides Vicente Kitumba, casado com Catarina Morais Kitumba, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, natural de Malanje, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Azul, Rua Manuel Almeida de Vasconcelos, casa s/n.º;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 17 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

# ESTATUTO DA SOCIEDADE KHB, LIMITADA

## ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «KHB, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Manuel Almeida de Vasconcelos, casa n.º, Bairro Azul, Município de



**ARTIGO 6.º**  
(Gerência)

1. A gestão e administração da sociedade e a sua representação, em juízo ou fora dele, activa e passivamente, compete a um gerente que será nomeado em Assembleia Geral, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao(s) gerente(s) obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança abonações ou actos semelhantes.

**ARTIGO 7.º**  
(Assembleia Geral)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registradas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

**ARTIGO 8.º**  
(Lucros)

Os lucros apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destintos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportados as perdas se as houver

**ARTIGO 9.º**  
(Dissolução)

1. A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócio, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

2. Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem.

**ARTIGO 10.º**  
(Amortização de quotas)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

**ARTIGO 11.º**  
(Fórum competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o fórum da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

**ARTIGO 12.º**  
(Anos sociais)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

**ARTIGO 10.º**  
(Disposições aplicáveis)

Em tudo o mais não previsto no presente estatuto, aplicar-se-á o disposto na Lei das Sociedades Comerciais (Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro), e demais legislação complementar.

(14-0890-L02)

**SETBIT — Serviços e Formação, Limitada**

Certifico que, por escritura de 16 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 1, do livro de notas para escrituras diversas n.º 340, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Mário da Conceição da Silva Soares, solteiro, maior, natural do Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua Fernando Pessoa, Casa n.º 7;

*Segundo:* — Jeremias António Luís Miguel, solteiro, maior, natural do Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Palanca, Rua A, Casa n.º 11;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 17 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTO DA SOCIEDADE**  
**SETBIT — SERVIÇOS E FORMAÇÃO, LIMITADA**

**ARTIGO 1.º**

A sociedade adopta a denominação social de «SETBIT — Serviços e Formação, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua do Gamek à Direita, Bairro Gamek, casa s/n.º ao lado da Escola Luz do Mundo, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

**ARTIGO 2.º**

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

**ARTIGO 3.º**

A sociedade tem como objecto social, prestação de serviços, formação na área de tecnologias de informação, informática e telecomunicações, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

## ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais, no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Mário da Conceição da Silva Soares e Jeremias António Luís Miguel, respectivamente.

## ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

## ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe aos 2 (dois) sócios, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, sendo necessárias as assinaturas dos 2 (dois) gerentes, para obrigar validamente a sociedade.

1. Os gerentes poderão delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

2. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

## ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registradas, dirigidas aos sócios com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

## ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

## ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

## ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em globo, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

## ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

## ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

## ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

## ARTIGO 14.º

No omissso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-0892-L02)

## KHB, Limitada

Certifico que, por escritura de 16 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 37, do livro de notas para escrituras diversas n.º 184-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

*Primeiro:* — Henriques Gomes Destino, solteiro, maior, natural de Belize, Província de Cabinda, residente habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Golf II, Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem Loy, casa s/n.º;

*Segundo:* — Alcides Vicente Kitumba, casado com Catarina Morais Kitumba, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, natural de Malanje, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Azul, Rua Manuel Almeida de Vasconcelos, casa s/n.º;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 17 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE  
KHB, LIMITADAARTIGO 1.º  
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «KHB, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Manuel Almeida de Vasconcelos, casa n.º, Bairro Azul, Município de

Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º  
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º  
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social comércio geral a grosso e a retalho, importação e exportação, venda de móveis e imóveis, prestação de serviços, hotelaria e turismo, indústria, pescas, agro-pecuária, agricultura, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, compra e modas e confecções, transportes, marítimo, aéreo e terrestre, camionagem, transitários, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas e de ocasião ou usadas, aluguer de viaturas com ou sem condutor, transportes de passageiros ou de mercadorias, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º  
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, percententes aos sócios Henriques Gomes Destino e Alcides Vicente Kitumba, respectivamente.

ARTIGO 5.º  
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º  
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio Henriques Gomes Destino, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º  
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registradas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º  
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º  
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º  
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á, como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em bloco, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º  
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º  
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º  
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º  
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-0894-L02)

**GERSON CIPRIANO — Estação de Serviços (SU), Limitada**

Israel Carlos de Sousa Nambi, Licenciado em Direito, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — ANIFIL.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 8 do livro-diário de 17 de Fevereiro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, Gerson Ecoyo Eduardo Buco, casado com Luísa Marcelini Chimonga Eduardo, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente em Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Maianga, Avenida Revolução de Outubro, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «GERSON CIPRIANO — Estação de Serviços (SU), Limitada», registada sob o n.º 24/14, que se vai reger nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — ANIFIL, em Luanda, aos 17 de Fevereiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTO DA SOCIEDADE  
GERSON CIPRIANO — ESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
(SU), LIMITADA**ARTIGO 1.º  
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «GERSON CIPRIANO — Estação de Serviços (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro Kilamba, Rua Imperial Santana, n.º 34, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º  
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º  
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social comércio geral a grosso e a retalho, colégio, creche, educação e cultura, escola de condução, ensino, importação e exportação,

construção civil e obras públicas, prestação de serviços, hotelaria e turismo e similares, indústria, serralharia, caixilharia de alumínio, agro-pecuária, pesca, informática, telecomunicações, publicidade, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas ou usadas e seus acessórios, reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, centro médico, clínica, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, padaria, geladaria, pastelaria, boutique, representações, impressões, salão de cabeleireiro, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, vídeo clube, discoteca, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, saneamento básico, jardinagem, limpeza, desinfestação, fabricação e venda de gelo, cyber café, electricidade, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio acorde e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º  
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por (uma), quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) pertencente ao sócio-único Gerson Ecoyo Eduardo Buco.

ARTIGO 5.º  
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º  
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao gerente-único Gerson Ecoyo Eduardo Buco, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º  
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º  
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º  
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º  
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º  
(Omisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12 de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais n.º 1/04 de 13 de Fevereiro.

Cartório Notarial do Guiché Único do Empreendedor — ANIFIL em Luanda, aos 17 de Fevereiro de 2014. — O Notário-Adjunto, *Eduardo Sapalo*. (14-2081-L031)

### Complexe Scolaire Les Elus, Limitada

Mudança da denominação e alteração parcial do pacto social da sociedade «COMPLEXO PRIVADO OS ELEITOS — Formação, Prestação de Serviços e Negócios, Limitada» para «Complexe Scolaire Les Elus, Limitada».

Certifico que, por escritura de 14 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 48, do livro de notas para escrituras diversas n.º 339, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, compareceram como outorgantes:

*Primeiro:* — Joana Basinkui Ngakanga, solteira, maior, natural de Nzeto (Ambrizete), Província do Zaire, residente habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano, Bairro e Rua da Maianga, Casa n.º 30;

*Segundo:* — Aleixo Ngakanga, solteiro, maior, natural da Damba, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, no Município do Cazenga, Bairro Hoji-ya-Henda, Casa n.º 56.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos mencionados documentos de identificação.

Declaram os mesmos:

Que, os mesmos são os únicos e actuais sócios da sociedade comercial por quotas denominada «COMPLEXO PRIVADO OS ELEITOS — Formação, Prestação De Serviços e Negócios, Limitada», com sede em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Palanca, Rua João Albino, Casa n.º 1, Sector 2,

constituída por escritura datada aos 18 de Agosto de 2011, lavrada com início a folha 35, verso, a folha 36, do livro de notas para escrituras diverso n.º 229, deste Cartório Notarial, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção Guiché Único, sob o n.º 1912-11, titular do Número de Identificação Fiscal 5417134775, com o capital sócia de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Joana Basinkui Ngakanga e Aleixo Ngakanga respectivamente.

Que, pela presente escritura e conforme deliberado por acta de Assembleia Geral datada de 10 de Janeiro de 2013, os outorgantes mudam a denominação social de «COMPLEXO PRIVADO OS ELEITOS — Formação, Prestação de Serviços e Negócios, Limitada», para «Complexe Scolaire Les Elus, Limitada»;

Em função dos actos praticados altera-se a redacção do artigo 1.º do pacto social que passa a ser a seguinte:

ARTIGO 1.º

É constituída para se reger pelos preceitos da legislação vigente na República de Angola e pelo presente estatuto uma sociedade por quotas e responsabilidade limitada, que adopta a denominação social de «Complexe Scolaire Les Elus, Limitada», tem a sua sede social em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Palanca, Rua João Albino, Casa n.º 1, Sector 2, podendo abrir filiais, sucursais, agência e outras formas de representações em qualquer outra parte do território nacional.

Declaram ainda os mesmos que mantêm-se firmes e válidas todas as demais disposições não alteradas pela presente escritura.

Assim o disseram e outorgaram.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 16 de Janeiro de 2014. — Ajudante, *ilegível*. (14-0877-L02)

### Conservatória dos Registos da Comarca do Kwanza-Sul, Sumbe

#### CERTIDÃO

Laurinda Mandeca Luhaco Bartolomeu, Conservadora em exercício da Conservatória dos Registos do Kwanza-Sul, Sumbe.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1, do diário de hoje, a qual fica arquivada certifico que, sob n.º 1 478 a folhas 46 do livro B-6.º ficou matriculado como comerciante em nome individual Norberto de Jesus Ferreira, solteiro, residente na Quilenda, que usa



firma o seu nome, exerce a actividade de comércio a retalho não especificado, tem o seu escritório e estabelecimento denominado «Norberto de Jesus Ferreira», no Município da Quilenda.

Contém o seguinte averbamento.

No dia 12 de Novembro de 2009.

Averbamento número:

A requerimento de Norberto de Jesus Ferreira, apresentado sob n.º 2 do diário de 12 de Novembro, ficou declarado que passou também a exercer a actividade de agricultura, com estabelecimento do mesmo nome, no Município da Quilenda como se mostra do documento de imposto industrial que com o requerimento arquivo.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada, assino.

Conservatória dos Registos do Kwanza-Sul, Sumbe, aos 13 de Novembro de 2009. (14-0574-L01)

### Conservatória dos Registos da Comarca do Kwanza-Sul, Sumbe

#### CERTIDÃO

Felizarda de Jesus Amaral, Ajudante Principal da Conservatória dos Registos do Kuanza Sul-Sumbe.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 1, do diário de hoje, certifico que, sob o n.º 2.862, a Fls 47 verso do livro B-11.º, ficou matriculado como comerciante em nome individual João Velhinho Manuel, solteiro, maior, nacionalidade angolana, reside habitualmente no Bairro da Assaca 2, Município do Sumbe, que usa a firma «J.V.M. Mult-Servic», exerce a actividade de “outras actividades de serviços prestados principalmente as empresas diversas não especificadas”, no Bairro Américo Boa Vida, Zona 3, Município do Sumbe, Província do Kuanza Sul.

Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos do Kuanza Sul-Sumbe, aos 23 de Julho de 2012. — A Ajudante Principal, *Felizarda de Jesus Amaral*. (14-0746-L10)

### Conservatória do Registo Comercial de Luanda

#### CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob Apresentação n.º 0002.131114;
- Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Marcolino Mufuji Yava, com o NIF 2402361395, registada sob o n.º 2013.9610;
- Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Marcolino Mufuji Yava;  
Identificação Fiscal: 2402361395;  
AP.17/2013-10-28 Matrícula

Marcolino Mufuji Yava, solteiro, maior, residente em Luanda, Bairro da Polícia, Casa n.º 172, Zona 9, Município da Maianga, de nacionalidade angolana, que usa a firma o seu nome completo, exerce actividades de serviços prestados, principalmente as empresas, comércio a retalho de produtos alimentares não especificados e de tabaco, tem escritório e estabelecimento denominado, «Barraca Network Services», situados no local do domicílio.

AP.1/2013-11-14 Averbamento Oficioso

Averbamento n.º 1, o comerciante acima matriculado passou também a exercer a actividade de comércio por grosso não especificado.

AP.19/2013-11-18 Averbamento Oficioso

Averbamento n.º 1, o comerciante acima matriculado sob o n.º 9610, que passou também a exercer a actividade de comércio por grosso.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, aos 21 de Novembro de 2013. — A Ajudante Principal, *Joana Miguel*. (14-0585-L01)

### Conservatória do Registo Comercial de Luanda

#### CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 75 do livro-diário de 28 de Agosto do corrente ano, a qual fica arquivada neste Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 8.780, a folhas 123, do livro B-18, se acha matriculada como comerciante em nome individual Sérgio Nestor Castelo Doutel, que usa a firma o seu nome, domiciliado em Luanda, Bairro Maculusso, Largo Marques das Minas, n.º 5, rés-do-chão, exerce o comércio de serviços recreativos e agência funerária, com o escritório e estabelecimentos comerciais denominados, «Vídeo Canal», situado no Bairro Maculusso, Rua Rei Katiavala, n.º 35 e «Funerária S. Cristóvão» situado no Bairro Terra Nova, na Rua Lino Amezaga, n.º 57, Município do Rangel, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, aos 29 de Agosto de 2002. — O oficial em exercício, *ilegível*. (14-2025-L01)

### Conservatória dos Registos da Comarca de Cabinda

#### CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob Apresentação n.º 0002.131203;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual «Firma Francisco Massanga», com o NIF 2101015021, registada sob o n.º 1984.605;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

«Firma Francisco Massanga;

Identificação Fiscal: 2101015021;

Matrícula — Averbamentos — Anotações

AP.1/1984-05-15 Matrícula

Francisco Massanga, de 25 anos de idade, solteiro, maior, comerciante, de nacionalidade angolana, residente no Bairro Popular, Amílcar Cabral, desta Cidade de Cabinda, exerce o comércio misto; usa a firma «Francisco Massanga»; iniciou as suas operações comerciais em Maio de 1984; tem o seu principal estabelecimento na povoação de Catabuanga, Município de Buco Zau e Província de Cabinda.

AP.2/1991-06-25 Averbamento

Averbo a matrícula supra n.º 605, a declaração de que este comerciante exerce também a actividade agrícola, usando a firma «Fazenda Agrícola de Francisco Massanga», tendo iniciado as suas actividades em 12 de Março de 1991, e o estabelecimento na povoação de Cata Buanga, Município de Buco Zau e Província de Cabinda.

AP.3/1993-09-20 Averbamento

Averbo a matrícula supra n.º 605, a declaração de que este comerciante exerce também as actividades de indústria hoteleira, importação e exportação; usa a firma «Hotel Massanga», com início em 1993; e com estabelecimento principal no Município de Buco Zau, Província de Cabinda.

AP.4/1996-09-13 Averbamento

Averbo a matrícula n.º 605, a declaração de que este comerciante exerce também a indústria de panificação, usando a «Firma Padaria Cábila»; iniciou as suas actividades em 1 de Fevereiro de 1992. Tem o seu estabelecimento no Buco Zau e tem como capital inicial de KzR. 30.000.00.

AP.5/2002-03-18 Averbamento

Averbo a matrícula n.º 605, a declaração de que o mesmo comerciante exerce também o comércio de actividade de construção civil e obras públicas, com estabelecimento nesta Cidade de Cabinda, usa a firma «COCIOP de Francisco Massanga».

AP.6/2010-04-13 Averbamento

Averbo a matrícula n.º 605, a declaração de que o mesmo comerciante exerce também comércio a grosso, venda de frescos, fiscalização de obras de construção civil, hotelaria e turismo, exploração e venda de inertes e madeira, com estabelecimento no Bairro Simulambuco. Em tempo passa a usar a denominação «COOFIS de Francisco Massanga».

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Anotação 2013-12-03

Extractado do livro B/2.º do Registo Comercial da Comarca de Cabinda. Requerimento e declaração que se

arquiva. Índice pessoal da letra «F», a fls. 63 sob o n.º 35. Verbete pessoal. Processo informatizado por Alberto Ndele Zanga (Back-Office) em 3 de Dezembro de 2013.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos da Comarca de Cabinda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Ajudante Principal, Alberto Ndele Zanga.

(14-0790-L14)

### Conservatória dos Registos da Comarca de Cabinda

#### CERTIDÃO

Satisfazendo ao que foi requerido por Apresentação n.º 8, feita no diário em 15 de Março de 2012.

Certifico que, sob o n.º 6.805, a folhas 69, verso do livro B/23, se encontra matriculado como comerciante em nome individual de Felix Chibukili António, solteiro, residente no Bairro Chiweça, Município e Província de Cabinda; Exerce o comércio a grosso, retalho, prestação de serviços, exploração mineira, saúde, educação e ensino, serviços petrolíferos, construção civil e obras públicas, modas e confecções, hotelaria e turismo, rent-a-car, venda de viaturas, telecomunicações, agência de viagens, promoção de espectáculos, indústria ligeira e pesada, segurança privada, desinfestação de residências, fiscalização, importação e exportação;

Usa a firma o seu nome próprio, iniciou as suas actividades em 2012, e tem o seu estabelecimento principal no Bairro Chiweça, Município e Província de Cabinda com a denominação «Organizações F. C. A.».

Por ser verdade e assim constar, mandei passar a presente certidão que depois de revista e consertada, vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nesta Conservatória.

Conservatória dos Registos da Comarca de Cabinda, em Cabinda, aos 9 de Abril de 2012. — A conservadora, *ilegi-vel*.

(14-0791-L14)

### Conservatória dos Registos da Comarca de Cabinda

#### CERTIDÃO

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0006.121004;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual «Organizações Amu», com o NIF 100630266ZEO350, registada sob o n.º 2012.6777;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações  
«Organizações Amu»

Identificação Fiscal: 100630266ZEO350;  
AP.5/2012-10-04 Matrícula

Augusto Nsundi Mungongo, de 36 anos de idade, solteiro, de nacionalidade angolana, residente no Bairro Cabassango, Município e Província de Cabinda; Exerce comércio geral, prestação de serviços, tecnologias de informação, transporte, colocação do pessoal, venda de acessórios e veículos automóveis, indústria, pastelaria, padaria, restaurante, estabelecimento escolar, importação e exportação; usa a firma «Augusto Nsundi Mungongo», iniciou as suas actividades em 2012, e tem o seu estabelecimento principal no Bairro Cabassango, Município e Província de Cabinda, com a denominação «Organizações Amu».

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos da Comarca de Cabinda, em Cabinda, aos 15 de Outubro de 2012. — A Conservadora,  
*Esperança Bernardo.* (14-0793-L14)

### Conservatória dos Registos da Comarca de Cabinda

#### CERTIDÃO

Satisfazendo ao que foi requerido por Apresentação n.º 2, feita no diário em 18 de Abril de 2012;

Certifico que, sob o n.º 5.505, a folhas 178, verso, do livro B/9, se encontra matriculado como comerciante em nome individual Augusto Ndinnu Pinto Haikela, solteiro, residente no Bairro A Resistência, Município e Província de Cabinda; Exerce o comércio geral, misto, a retalho a grosso, prestação de serviços, agricultura, agro-pecuária, pescas, exploração de minérios, avicultura, agricultura, hidrocarbonetos, construção de pontes e estradas, construção civil e obras públicas, transportes, exploração de madeira, recrutamento e colocação de pessoal, educação e ensino, serviço de saúde não especificado, farmácia, telecomunicações, hotelaria e turismo, venda de viaturas e acessórios, equipamentos de construção, importação e exportação; Usa a firma o seu nome próprio; Iniciou suas actividades em 2009, e tem o seu estabelecimento principal no Bairro a Resistência, Município e Província de Cabinda, com a denominação «Organizações Anpha».

Por ser verdade e assim constar, mandei passar a presente certidão que depois de revista e consertada, vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nesta Conservatória.

Conservatória dos Registos da Comarca de Cabinda, em Cabinda, aos 18 de Abril de 2012. — A conservadora, *ilegível.* (14-0794-L14)

### Conservatória dos Registos da Comarca de Cabinda

#### CERTIDÃO

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0011.131115;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual o seu nome próprio, com o NIF 2101017008, registada sob o n.º 2007.4602;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

O seu nome próprio;

Identificação Fiscal: 2101017008;

AP.1/2007-01-21 — Matrícula

Simão Nsumbo Kanga, de 37 anos de idade, solteiro e residente no Bairro 1.º de Maio, Município e Província de Cabinda; exerce o comércio a grosso, retalho, prestação de serviços, informática, telecomunicações, transportes, indústria, hotelaria e turismo, jardinagem, selecção e colocação do pessoal; usa a firma o seu nome próprio; iniciou as suas actividades em 2007, e tem o seu estabelecimento principal no Bairro a Luta Continua, Município e Província de Cabinda, com a denominação «Casa Kanga».

Requerimento e a declaração que se arquiva.

AP.2/2009-07-03 — Averbamento

Averbo a matrícula supra n.º 4602, a declaração de que este comerciante exerce também actividade de importação e exportação.

Anotação — 13 de Novembro de 2013

Extractado no livro B/17, a folhas 147 do Registo Comercial.

Índice da Letra - S a folha 145, sob o n.º 64.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos da Comarca de Cabinda, em Cabinda, aos 15 de Novembro de 2013. — O Ajudante Principal, *Alberto Ndele Zanga.* (14-0795-L14)

### Conservatória dos Registos da Comarca de Cabinda

#### CERTIDÃO

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0001.131212;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao Comerciante em Nome Individual «Casa Comercial Kiese — de André Samuel Zinga», com o NIF 5201003362, registada sob o n.º 2005.4299;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

«Casa Comercial Kiese — de André Samuel Zinga»;

Identificação Fiscal: 5201003362;

AP.1/2005-10-26 Matrícula

André Samuel Zinga, de 41 anos de idade, solteiro, de nacionalidade angolana, residente no Bairro Marien

Ngouabi, Município e Província de Cabinda; exerce o comércio a grosso a retalho; usa a Firma «Casa Comercial Kiese — de André Samuel Zinga». Iniciou as suas actividades em 2005, e tem o seu estabelecimento principal no Bairro 1.º de Maio, Soyo, Província do Zaire.

Anotação — 12 de Dezembro de 2013.

Extratado do Livro B/16, a folhas 177, do Registo Comercial.

Índice da Letra - A, à folhas 5 verso sob o n.º 238.

AP.1/2013-12-12 — Averbamento

Averbo a matrícula supra n.º 4299, a declaração de que este comerciante exerce também as actividades de prestação de serviços e construção civil.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos da Comarca de Cabinda, em Cabinda, aos 12 de Dezembro de 2013. — O Conservador-Adjunto, *Samuel Mambo Joaquim*. (14-0796-L14)

### Conservatória do Registo Comercial Huambo — SIAC

#### CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob Apresentação n.º 0002.131127 em 27 de Novembro de 2013;
- Que foi extraída dos registos respeitantes à sociedade comercial denominada «Festo de Campos — FC, Prestação de Serviços», com a Identificação Fiscal 2121073833;
- Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Inscrições — Averbamentos — Anotações Festo de Campos — FC, Prestação de Serviços; Identificação Fiscal: 2121073833; AP.2/2013-11-27 Matrícula

Festo de Campos, solteiro, maior de nacionalidade angolana, residente nesta Cidade do Huambo, Bairro Cidade Baixa, Rua das Flores, casa sem número, exerce as actividades comerciais de prestação de serviços e aluguer de meios de transporte terrestre, usa a sua firma com a denominação de «Festo de Campos — FC, Prestação de Serviços». Tem o escritório e estabelecimento Comercial, localizado na cidade do Huambo, Bairro Cidade Baixa, Rua das Flores.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória Registo Comercial do Huambo — SIAC, aos 27 de Novembro de 2013. — O Conservador-Adjunto, *Alfredo Felo Sachiliva*. (14-0800-L13)

### Conservatória Registo Comercial do Huambo — SIAC

#### CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0002.131211 em 2013-12-11;

c) Que foi extraída dos registos respeitantes à sociedade comercial denominada Manuela Augusto Fernandes - M. A. F. Comercial, com a Identificação Fiscal n.º 2121070818;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Inscrições — Averbamentos - Anotações Manuela Augusto Fernandes — M. A. F. Comercial; Identificação Fiscal: 2121070818;

AP.2/2013-12-11 Matrícula

Manuela Augusto Fernandes, solteira, maior, de nacionalidade angolana, residente nesta Cidade do Huambo, Bairro Deolinda Rodrigues, exerce a actividade de comércio misto a retalho, prestação de serviços, construção civil e obras públicas, usa a sua firma o seu próprio nome acima identificado, abreviadamente «M. A. F. Comercial», tem o seu escritório e estabelecimento comercial localizado nesta Cidade do Huambo, Bairro Deolinda Rodrigues, Zona da Feira.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória Registo Comercial do Huambo — SIAC, aos 11 de Dezembro de 2013. — O Conservador-Adjunto, *Alfredo Felo Sachiliva*. (14-0809-L13)

### Conservatória do Registo Comercial do Huambo — SIAC

#### CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob Apresentação n.º 0001.120410 em 2012-04-10;
- Que foi extraída dos registos respeitantes à sociedade comercial denominada Albano Domingos, com a Identificação Fiscal 2121023356;
- Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula Inscrições — Averbamentos — Anotações Albano Domingos;

Identificação Fiscal: 2121023356;

AP.1/2012-04-10 Matrícula

Albano Domingos, casado, residente no Huambo, Bairro de São Pedro, Bloco 2, casa s/n.º, usa a sua firma o seu próprio nome; exerce a actividade de comércio a retalho, tem o seu estabelecimento comercial localizado no Bairro de Calomanda, Rua Bié desta Cidade do Huambo.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória Registo Comercial do Huambo — SIAC, aos 11 de abril de 2012. — O Conservador-Adjunto, *Alfredo Felo Sachiliva*. (14-0814-L13)

## Conservatória do Registo Comercial do Huambo — SIAC

### CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob apresentação n.º 0001.131227 em 27 de Dezembro de 2013;
- Que foi extraída dos registos respeitantes à sociedade comercial denominada «Ana Bela do Céu Constantino Ucuandongo», com a Identificação Fiscal 2121074015;
- Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula Inscrições — Averbamentos. — Anotações  
Ana Bela do Céu Constantino Ucuandongo;  
Identificação Fiscal: 2121074015;  
AP. 1/2013-12-27 Matrícula

Ana Bela do Céu Constantino Ucuandongo, solteira, maior, de nacionalidade angolana, residente nesta Cidade do Huambo, Bairro Cidade Baixa, Rua Serpa dos Santos, exerce as actividades comerciais de comércio misto a retalho, salão de beleza, boutique e prestação de serviços, usa a sua firma com o seu próprio nome acima identificado, abreviadamente «FIRMA — A.B.C.C Ucuandongo Comercial», tem o seu escritório e estabelecimento comercial localizado no Bairro C.F.B Maquinista, casa s/n.º, desta Cidade do Huambo.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial do Huambo-SIAC, aos 27 de Dezembro de 2013. — O Conservador-Adjunto, *Alfredo Felo Sachiliva*. (14-0819-L13)

## Conservatória dos Registos da Comarca do Bié

### CERTIDÃO

Aníbal Baptista Cirilo Lumati, Conservador da Conservatória dos Registos da Comarca do Bié.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 1 do livro-diário de 23 de Outubro de 2013, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 697, folhas 189 verso do livro B-2, se acha matriculado o comerciante em nome individual Amilton Silas Gonçalves Fortes, solteiro, residente na Rua Silva Porto, casa s/n.º, Município do Kuito, Província do Bié, que usa a firma o seu nome. Exerce a actividade de comércio geral misto, a grosso e a retalho, construção civil e obras públicas, fiscalização, elaboração de projectos de arquitectura e design, prestação de serviços, hotelaria e turismo, ensino privado, exploração de bombas de combustíveis e seus derivados, transporte público, saúde e produtos farmacêuticos, exploração mineira, agro-pecuária, indústria, importação e exportação. Tem escritório e estabelecimento

denominado «Formil — Comercial», sito na Rua Silva Porto, Município do Kuito, Província do Bié.

Por ser verdade e me ter sido solicitado, se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada, assino e vai autenticada com o selo branco em uso nesta Conservatória

Conservatória dos Registos da Comarca do Bié, aos 3 de Outubro de 2013. — O Conservador, *Aníbal Baptista Cirilo Lumati*. (14-0803-L13)

## Conservatória dos Registos da Comarca do Bié

### CERTIDÃO

Aníbal Baptista Cirilo Lumati, Conservador da Conservatória dos Registos da Comarca do Bié.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 1, do livro-diário, de 12 de Novembro de 2013, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 721, folhas 1, do livro B-3, se acha matriculado o comerciante em nome individual Profírio Evambi, casado com Margarete Marta Adriano Eurico Evambi, no regime de comunhão de adquiridos, residente na Rua da Idelidade, casa s/n.º, Município do Kuito, Província do Bié, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de comércio geral misto a grosso e a retalho, construção civil e obras públicas, clínica geral, posto médico, agricultura, indústria, produção de espectáculos e recreação musical, ensino, transporte, importação e exportação, tem escritório e estabelecimento denominado «Peva — Comercial», sito na Rua da Idelidade, Município do Kuito, Província do Bié.

Por ser verdade e me ter sido solicitado, se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada, assino e vai autenticada com o selo branco em uso nesta Conservatória.

Conservatória dos Registos da Comarca do Bié, no Kuito, aos 26 de Novembro de 2013. — A Conservadora-Adjunta, *Olga Luzia Gunza Miguel*. (14-0811-L13)

## Conservatória dos Registos da Comarca do Bié

### CERTIDÃO

Aníbal Baptista Cirilo Lumati, Conservador da Conservatória dos Registos da Comarca do Bié.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2, do livro-diário, de 15 de Novembro de 2012, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 564, folhas 120, do livro B-2, se acha matriculado o comerciante em nome individual Jeovany Júlio Catombela, solteiro, maior, residente na Rua Padre Fidalgo, casa s/n.º, Município do Kuito, Província do Bié, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de comércio geral misto a grosso e a retalho, prestação de serviço, serralharia, pintura, mecânica, eletricidade, hotelaria e turismo, construção civil e obras públicas, podendo dedi-



car-se a qualquer outro ramo da atividade de comércio ou indústria não proibido por lei. Tem escritório e estabelecimento denominado «Juvan — Comercial» sito na Rua Padre Fidalgo, Município do Kuito, Província do Bié.

Por ser verdade e me ter sido solicitado, se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada, assino e vai autenticada com o selo branco em uso nesta Conservatória.

Conservatória dos Registos da Comarca do Bié, em Kuito, aos 19 de Novembro de 2012. — O Conservador, *Aníbal Baptista Cirilo Lumati*. (14-0812-L13)

### Conservatória dos Registos da Comarca do Bié

#### CERTIDÃO

Aníbal Baptista Cirilo Lumati, Conservador da Conservatória dos Registos da Comarca do Bié.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2, do livro-diário de 29 de Agosto de 2013, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 675, a folhas 179, do livro B-2, se acha matriculado o comerciante em nome individual Guilherme Gabriel Vituma Kavelavela, solteiro, maior, residente no Kuito, casa s/n.º, Município do Kuito, Província do Bié, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de comércio geral misto a grosso e a retalho, indústria, construção civil, projectos de consultorias e fiscalização de obras, prestação de serviços, importação e exportação, tem escritório denominado «Kavelavela — Comercial», sito no Kuito, Bairro Chissindo, Município do Kuito, Província do Bié.

Por ser verdade e me ter sido solicitado, se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada, assino e vai autenticada com o selo branco em uso nesta Conservatória.

Conservatória dos Registos da Comarca do Bié, aos 3 de Setembro de 2013. — O Conservador, *Aníbal Baptista Cirilo Lumati*. (14-0818-L13)

### Conservatória do Registo Comercial de Luanda — SIAC

#### CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 1, do livro-diário de 11 de Julho do corrente ano a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 1785, a fls. 99, verso, do livro B-5, se acha matriculada a comerciante em nome individual Julieta António, solteira, maior, residente em Luanda, Bairro Bondo Chapeo, Q 15, Rua 3, Zona B, Casa n.º 408, que usa a firma o seu nome completo, exerce actividade de comércio a retalho de bebidas, comércio a retalho de produtos alimentares n. e. e de tabaco, tem o seu escritório e estabelecimento denominada «Julieta António — Comercial», situado no mesmo local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, 11 de Julho de 2013. — O conservador, *ilegível*. (14-0827-L07)

### Conservatória do Registo Comercial de Luanda — SIAC

#### CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2, do livro-diário de 11 de Março do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 744, a folhas 174, do livro B-2, se acha matriculado o comerciante em nome individual Sérgio Nestor Castelo Doutel, solteiro, maior, residente em Luanda, Bairro Kinaxixi, Rua de Timor, Casa n.º 49, Município da Ingombota, que usa a firma o seu nome completo, exerce as actividades de fabricação de caixões mortuárias em madeira, outras actividades de serviços prestados, principalmente às empresas, tem o seu escritório e estabelecimento denominado «DELFAR — Fábrica de Arcas e Urnas Fúnebres», situado no Bairro da Terra Nova, Rua do Minho, n.º 20, Município do Rangel.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, aos 15 de Março de 2010. — O conservador, *ilegível*. (14-2023-L01)

### Conservatória do Registo Comercial do SIAC — Zango

#### CERTIDÃO

Ana Antónia Agostinho Sebastião Van-Dúnem, Licenciada em Direito, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial do SIAC — Zango.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2 do livro-diário de 3 de Janeiro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 349, a folhas 176 verso do livro B-1, se acha matriculado o comerciante em nome individual Nelson Joaquim Lourenço, solteiro, maior, residente em Luanda no Bairro C.T.T, Município do Rangel, casa s/n.º, Zona 15, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado, «NELSON JOAQUIM LOURENÇO — Prestação de Serviços», situado em Luanda, no Bairro C.T.T., Município do Rangel, casa s/n.º, Zona 15.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, SIAC — Zango 3 de Janeiro de 2013. — A conservadora-adjunta, *ilegível*.  
(14-0832-L06)

**Conservatória do Registo Comercial do SIAC — Zango**  
**CERTIDÃO**

Ana Antónia Agostinho Sebastião Van-Dúnem, Licenciada em Direito, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial do SIAC — Zango.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 8 do livro-diário de 7 de Janeiro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 353, a folhas 178 verso, do livro B-1, se acha matriculado o comerciante em nome individual Eduardo Samuel, solteiro, maior, residente no Município de Viana, Bairro Viana, Casa n.º 500, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de ensino geral, tem escritório e estabelecimento denominado «EDUARDO SAMUEL — Colégio», situado Município de Viana, Bairro 500 Casas, 6.ª Rua.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, SIAC — Zango, 7 de Janeiro de 2014. — O conservador-adjunta, *ilegível*.  
(14-0840-L08)

**Conservatória do Registo Comercial do SIAC — Zango**  
**CERTIDÃO**

Ana Antónia Agostinho Sebastião Van-Dúnem, Licenciada em Direito, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial do SIAC — Zango.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2 do livro-diário de 14 de Janeiro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta conservatória.

Certifico que, sob o n.º 359, a folhas 181 verso, do livro B-1, se acha matriculado o comerciante em nome individual Alcides Bartolomeu de Magalhães, solteiro, maior, residente no Município de Viana, Bairro Vila Nova, Casa n.º 35, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de comércio a retalho de produtos alimentares n.e., comércio por grosso n.e. e outras actividades de serviços prestados, tem escritório e estabelecimento denominado «Alcides Bartolomeu de Magalhães — Comercial», situado Município de Viana, Bairro Vila Nova, Casa n.º 35.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, SIAC — Zango, 14 de Janeiro de 2014. — A conservadora-adjunta, *ilegível*.  
(14-0847-L08)

**Conservatória do Registo Comercial do SIAC — Zango**  
**CERTIDÃO**

Ana Antónia Agostinho Sebastião Van-Dúnem, Licenciada em Direito, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial do SIAC — Zango.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2 do livro-diário de 16 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 320, a folhas 161 verso do livro B-1, se acha matriculado o comerciante em nome individual Justino Undangala Gervásio, solteiro, maior, residente em Luanda, no Bairro Nelito Soares, Rua C6, Casa n.º 18, Zona 11, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de escola de condução e pilotagem, tem escritório e estabelecimento denominado «JUSTINO UNDANGALA GERVÁSIO — Escola de Condução», situado em Luanda, Rua 21 de Janeiro, Município da Maianga.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, SIAC — Zango, 16 de Outubro de 2013. — A conservadora-adjunta, *ilegível*.  
(14-0848-L08)

**Conservatória do Registo Comercial do SIAC — Zango**  
**CERTIDÃO**

Ana Antónia Agostinho Sebastião Van-Dúnem, Licenciada em Direito, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial do SIAC — Zango.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 4 do livro-diário de 8 de Janeiro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 355, a folhas 179 verso, do livro B-1, se acha matriculado o comerciante em nome individual José Chisumba António César, casado, residente no Município do Kilamba Xiáxi, Bairro Cidade do Kilamba, rés-do-chão, Apartamento n.º 4, Edifício-J17, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de salão de cabeleireiro, estabelecimento de bebidas, comércio de produtos alimentares, tem escritório e estabelecimento denominado «J.C.A.C. — Empreendimentos», situado Município de Viana, Bairro Zango, Casa K2-51 D.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, SIAC — Zango, 8 de Janeiro de 2014. — A conservadora-adjunta, *ilegível*.  
(14-0849-L08)

**Conservatória dos Registos da Comarca do Moxico****CERTIDÃO**

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0001.120504;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Firma Domingos André Jorge, com o NIF 2141004047, registada sob o n.º 2012.1032;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Firma Domingos André Jorge

Identificação Fiscal: 2141004047.

AP.1/2012-05-04 Matrícula

Domingos André Jorge, divorciado, residente em Luena, no Bairro N'zaji, Casa n.º 53, que usa a firma o seu nome, exerce as actividades comércio a retalho, tem o seu escritório e estabelecimento comercial, denominado «Firma Domingos André Jorge», situado no Luena.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória dos Registos da Comarca do Moxico, aos 7 de Maio de 2012. — O Conservador de 1.ª Classe, *Alberto Chicomba*. (14-0833-L06)

**Conservatória dos Registos da Comarca de Malanje****CERTIDÃO**

Jorge Paulo Sousa Magalhães, Conservador-Adjunto dos Registos da Comarca de Malanje.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada no requerimento sob o n.º 2, do Diário do Registo Comercial desta data, certifico que, a folhas 258, sob o n.º 111, livro B-6, se acha matriculado como comerciante em nome individual Paulo Alfino, casado com Domingas João Coimbra no regime de comunhão de bens adquiridos, de 64 anos de idade, de nacionalidade angolana, natural de Binge, Kambundi Katembo, Município de Kambundi Katembo, Província de Malanje, nascido aos 10 de Abril de 1949, residente em Malanje, exerce a actividade comercial no domínio de Moagem de Cereais.

Iniciou a sua actividade comercial no dia 19 de Agosto de 2010, tem como localização na Rua Direita de Cabulo, junto das Clarissas nesta Cidade de Malanje.

Denominação: «Paulo Alfino».

Documentos: Requerimento devidamente assinado, registo geral de contribuintes, nota de fixação.

Notificação e fotocópias do bilhete de identidade apresentados que se arquivam.

Índice pessoal da letra «P» sob o n.º 16, a folhas 8, verso, do livro E.

Para constar, fiz passar a presente certidão, que depois de revista e concertada, vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nesta Conservatória.

Conservatória dos Registos da Comarca de Malanje, 25 de Outubro de 2013. — O Conservador-Adjunto, *Jorge Paulo Sousa Magalhães*. (14-0852-L11)

**Conservatória dos Registos da Comarca de Malanje****CERTIDÃO**

João José Borges, Conservador dos Registos da Comarca de Malanje.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada no requerimento sob o n.º 1, do Diário do Registo Comercial desta data.

Certifico que, a folhas 93, sob o n.º 960, livro B-5, se acha matriculado como comerciante em nome individual Pedro Zua Pereira, solteiro, de 23 anos de idade, de nacionalidade angolana, natural de Calandula, Província de Malanje, nascido aos 10 de Novembro de 1987, residente no Bairro Cafucufuco, Malanje.

Exerce a actividade comercial no domínio de comércio de formação profissional básica e outras actividades de serviços não especificados.

Iniciou a sua actividade comercial aos 20 de Janeiro de 2011, e tem como localização no Bairro Cafucufuco, Malanje.

Denominação: «Zua Tecnologias».

Documentos: Requerimento devidamente assinado, registo geral de contribuintes, e fotocópia do bilhete de identidade apresentado que se arquivam.

Índice pessoal da Letra «P», sob o n.º 11, a folhas 8 do livro E.

Para constar, fiz passar a presente certidão, que depois de revista e concertada, vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nesta Conservatória.

Conservatória dos Registos da Comarca de Malanje, 3 de Fevereiro de 2011. — O Conservador, *João José Borges*. (14-0854-L11)

**Conservatória dos Registos da Comarca da Huíla****CERTIDÃO**

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0001.130627;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Cantinho da Mamã — Comercial, com o NIF, registada sob o n.º 2013.220;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações  
Cantinho da Mamã — Comercial;  
Identificação Fiscal;  
AP.1/2013-06-27 Inscrição  
Registo provisório por dúvidas

Prudência da Conceição Francisco António, solteira,  
maior, residente na Província da Huíla, Município do  
Lubango, Bairro Comercial;

Nacionalidade: angolana;

Firma: «Cantinho da Mamã — Comercial»;

Ramos de actividades: comércio geral e restauração;

Denominação do estabelecimento e escritório: «Cantinho  
da Mamã — Comercial», situado no Município do Lubango,  
Bairro Comercial, Rua 5 de Outubro;

Início de actividade: Janeiro de 2013.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois  
de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos da Comarca da Huíla, aos  
27 de Junho de 2013. — A Conservadora-Adjunta, *Emília  
Albertina Cacuhu*. (14-0858-L01)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cacuaco**

**CERTIDÃO**

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0010.120620;
- c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Maria Manuela José João da Costa Paulo, com o NIF 2456000110, registada sob o n.º 2012.126;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Maria Manuela José João da Costa Paulo;

Identificação Fiscal: 2456000110;

AP.10/2012-06-20 Matrícula

Maria Manuela José João da Costa Paulo casada,  
residente em Luanda, Bairro Boa Esperança 2, Rua 15,  
Município de Cacuaco, que usa a firma o seu nome, exerce  
a actividade de comércio a retalho, tem o escritório e estabelecimento denominado «Maria Manuela José João da Costa Paulo», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois  
de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cacuaco, aos 16 de Julho de 2012. — A Conservadora,  
*Francisca Fernandes Marta de Carvalho*. (13-20868-B03)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cacuaco**

**CERTIDÃO**

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0006.130320;
- c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Telma Correia Pereira Bravo, com o NIF 2456016076, registada sob o n.º 2013.1071;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Telma Correia Pereira Bravo;

Identificação Fiscal: 2456016076

AP.6/2013-03-20 Matrícula

Telma Correia Pereira Bravo, solteira, maior, residente  
em Luanda, Bairro e Município de Cacuaco, que usa a firma  
o seu nome, exerce outras actividades de serviços não espe-  
cificados, tem o escritório e estabelecimento denominado,  
«Telma Correia Pereira Bravo», situados no local do domi-  
cílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois  
de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cacuaco, aos 22 de Maio de 2013. — A Conservadora,  
*Francisca Fernandes Marta de Carvalho*. (13-20871-B03)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cacuaco**

**CERTIDÃO**

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0001.130829;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual, Oliveira Quinto Francisco Bunga, com o NIF 2456019806, registada sob o n.º 2013.1315;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Oliveira Quinto Francisco Bunga;

Identificação Fiscal: 2456019806;

AP.1/2013-08-29 Matrícula

Oliveira Quinto Francisco Bunga, solteiro, maior, resi-  
dente em Luanda, Bairro e Município de Cacuaco, que usa  
a firma o seu nome, exerce outras actividades de serviços  
prestados, tem o escritório e estabelecimento denominado  
«Oliveira Quinto Francisco Bunga», situado no local do  
domicílio, nesta cidade.

**Conservatória do Registo Comercial do SIAC — Zango.**

- «NELSON JOAQUIM LOURENÇO — Prestação de Serviços».  
 «EDUARDO SAMUEL — Colégio».  
 «Alcides Bartolomeu de Magalhães — Comercial».  
 «JUSTINO UNDANGALA GERVÁSIO — Escola de Condução».  
 «J.C.A.C. — Empreendimentos».

**Conservatória dos Registos da Comarca do Moxico.**

- «Firma Domingos André Jorge».

**Conservatória dos Registos da Comarca de Malanje.**

- «Paulo Alfino».  
 «Zua Tecnologias».

**Conservatória dos Registos da Comarca da Huíla.**

- «Cantinho da Mamã — Comercial».

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Cacuaco.**

- «Maria Manuela José João da Costa Paulo».  
 «Telma Correia Pereira Bravo».  
 «Oliveira Quinto Francisco».  
 «Francisco Tamango Chilala».  
 «Assunção Mariano Moisés».  
 «Germana Maria Miguel».  
 «Hamilton Otaniel Pinto da Silva».

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Cazenga.**

- «Maiomona — Comercial».  
 «Ananidro — Comercial».  
 «Felismina Neto — Comercial».  
 «Anita Dala — Comercial».  
 «Anastácia António — Comercial».  
 «Adadonho — Comercial».  
 «Lumfuankenda Emanuel».

### SECIL ANGOLA — Investimentos e Participações, S. A.

Certifico que, com início a folhas 7, do livro de notas para escrituras diversas n.º 981-C, do 1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Alteração do pacto social «SECIL ANGOLA — Investimentos e Participações, S. A.».

Aos 5 de Novembro de 2013, em Luanda e no 1.º Cartório Notarial, perante mim o Notário, Licenciado, Amorbelo Vinevala Paulino Sitôngua, compareceu como outorgante:

Maria Manuela Morais Cunha, divorciada, natural de Ambaca, Província do Kwanza-Norte, residente habitualmente em Luanda, Município e Bairro da Maianga, Rua José Mário Antunes, n.º 20, Zona 5, titular do Bilhete de Identidade n.º 000012424KN013, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, aos 13 de Agosto de 2007, que outorga em nome e em representação da sociedade «SECIL ANGOLA — Investimentos e Participações, S. A.», com sede em Luanda, Rua Pedro Félix Machado, n.º 51, 2.º andar F, registada e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob o n.º 11/2000, com o NIF 5401127367.

Verifiquei a entidade da outorgante pelo mencionado documento de identificação, bem como a qualidade em que intervém por Acta n.º 16, da Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do artigo 57.º, da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais, que arquivo.

E, pela outorgante foi dito:

Que, dando cumprimento às deliberações adoptadas em Assembleia Geral da referida sociedade, realizada no dia 25 de Setembro de 2013, pelo presente instrumento notarial, altera a redacção do artigo 7.º do pacto social, passando a ter a seguinte redacção:

#### ARTIGO 7.º

As acções são nominativas e poderão ser representadas em títulos de 1, 10, 100, 1.000, 5.000, 10.000 e 50.000 acções.

Assim o disse e outorgou.

Instruem o acto:

- a) Certidão comercial;
- b) Acta n.º 16;
- c) Cópia do documento de identificação da outorgante;
- d) *Diário da República*.

À outorgante e em voz alta fiz a leitura da presente escritura, a explicação do respectivo conteúdo e a advertência da obrigatoriedade de registo no prazo de noventa dias, a contar da presente data.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 8 de Novembro de 2013. —A Ajudante, *Filomena Manuel A. J. Augusto*. (14-0584-L01)

### Portugangol, Limitada

Certifico que, por escritura de 2 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas 57, do livro de notas para escrituras diversas n.º 4, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

*Primeiro*: — João José Quissanga, solteiro, maior, residente habitualmente em Luanda, no Município de Viana, Bairro Sapu, Rua E, Casa n.º 614, Sector B;

*Segundo*: — Grandela Leopoldo Adão, solteira, maior, residente habitualmente em Luanda, no Município de Viana, Bairro Capalanga, casa sem número;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.



Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro, em Luanda, aos 2 de Janeiro de 2014. — O ajudante, ilegível.

## ESTATUTOS DA SOCIEDADE PORTUGANGOL, LIMITADA

### CAPÍTULO I

#### ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Portugangol, Limitada», com sede em Luanda, Rua da Praça Boa Esperança, Casa n.º 614, Quarteirão 12, Zona 20, Bairro Macom, Município de Viana, podendo a mesma estabelecer filiais, agências, delegações ou sucursais ou outras formas de representação em qualquer parte do território nacional ou estrangeiro, onde e quando os negócios sociais o aconselham.

#### ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado.

#### ARTIGO 3.º

1. A sociedade tem por objecto prestações de serviço, intermediação de negócio, construção de edifícios, construções de casas pré-fabricadas, barragens, energia sonora e botânica, compra e venda de imóveis e urbanizações, outras obras especializadas de construção, compra de prédios para revenda, terraplanagens, reabilitação de estradas, pontes, reabilitação de aeroportos e portos marítimos, bombas combustíveis fixo e móveis, instalação eléctrica, obras de isolamento, instalações de canalizações e de climatização, instalações não especificadas, aluguer de equipamento de construção e de demolição com operador, saneamento, rede de águas e esgotos, internatos, escola, liceus, universidades, hospitais, clínicas, laboratórios, exploração mineiras, petrolíferas e florestais, segurança privada, hotelaria e turismo, comércio geral, comércio a retalho, comércio de electrodomésticos, aparelhos de rádio, de televisão e vídeo, comércio a retalho de mobiliário e artigos de iluminação, comércio a retalho de ferragens e de vidro plano, comércio a retalho de tintas, vernizes e produtos similares, comércio a retalho de máquinas e outro material de escritório, exportação e importação, pescas, agricultura, pecuária, vinicultura, horticultura, transportes terrestre, aéreo e marítimo.

2. A sociedade, dentro dos limites permitidos por lei, poderá exercer quaisquer actividades subsidiárias ou complementares ao seu objecto social, desde que assim seja deliberado pela Assembleia Geral.

#### ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) equivalente a USD 1.000,00, representado por 2 (duas) quotas iguais assim distribuídas:

a) Uma quota no valor de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) equivalente a USD 500,00 (quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), representando 50% do capital social, pertencente ao sócio João José Quissanga;

b) Uma quota no valor de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) equivalente a USD 500,00 (quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), representando 50% do capital social, pertencente à sócia Grandela Leopoldo Adão.

2. O capital social poderá ser aumentado por deliberação dos sócios e o aumento será dividido na proporção das quotas de cada sócio ou na forma como se vier a acordar.

#### ARTIGO 5.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas quando feita a terceiros fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não fizer uso.

#### ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida por ambos sócios, sendo necessário a assinatura de ambos para obrigar validamente a sociedade.

2. Os sócios poderão delegar em terceiro todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

#### ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas, quando a lei não prescreva outras formalidades, mediante cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 dias de antecedência em relação à data da sua realização.

#### ARTIGO 8.º

A fiscalização da sociedade será exercida por um Fiscal-Único e por um suplemento, eleitos em Assembleia Geral, os quais terão de ser revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas, e não poderão ser sócios.

#### ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundo de reserva legal e quaisquer outras percentagens para fundos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas.

#### ARTIGO 10.º

1. A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer dos sócios quando sobre o mesmo arresto, penhora, arrolamento ou qualquer outra providência cautelar.

2. A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com o sobrevivente ou interdito, devendo estes nomear entre si um que os represente enquanto a quota se mantiver indivisa.

- c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Anita Zua Dala, com o NIF 2453018485, registada sob o n.º 2013.2272;

- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Anita Zua Dala;

Identificação Fiscal: 2453018485;

AP.18/2013-06-19 Matrícula

Anita Zua Dala, solteira, maior, residente em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Calawenda, rua s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio, tem o escritório e estabelecimento denominado «Anita Dala — Comercial», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cazenga, aos 30 de Setembro de 2013. — A Conservadora,  
*Francisca Fernandes Marta de Carvalho.* (13-20899-B01)

### Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Cazenga

#### CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0019.130619;

- c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual, Anastácia Maria António, com o NIF 2453017640, registada sob o n.º 2013.2273;

- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Anastácia Maria António;

Identificação Fiscal: 2453017640;

AP.19/2013-06-19 Matrícula

Anastácia Maria António, solteira, maior, residente em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Calawenda, Rua Ribeira Brava, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de cervejarias e bares, tem o escritório e estabelecimento denominado «Anastácia António — Comercial», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cazenga, aos 30 de Setembro de 2013. — A Conservadora,  
*Francisca Fernandes Marta de Carvalho.* (13-20900-B01)

### Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Cazenga

#### CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0014.130619;

- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Adão Dombele Agostinho, com o NIF 2453029304, registada sob o n.º 2013.2248;

- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Adão Dombele Agostinho;

Identificação Fiscal: 2453029304;

AP.14/2013-06-17 Matrícula

Adão Dombele Agostinho, solteiro, maior, residente em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Hoji-ya-Henda, Rua Comandante Bula, Casa n.º 72, Zona 17, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio, tem o escritório e estabelecimento denominado «Adadonho — Comercial», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cazenga, aos 28 de Junho de 2013. — A Conservadora,  
*Francisca Fernandes Marta de Carvalho.* (13-20901-B01)

### Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Cazenga

#### CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0013.130619;

- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual, Lumfuakenda Emanuel, com o NIF 2453026739, registada sob o n.º 2013.2247;

- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Lumfuakenda Emanuel;

Identificação Fiscal: 2453026739;

AP.14/2013-06-17 Matrícula

Lumfuakenda Emanuel, solteiro, maior, residente em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Mabor, Rua Major, que usa a firma o seu nome, exerce actividade fotográfica, tem o escritório e estabelecimento denominado «Lumfuakenda Emanuel», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE  
Cazenga, aos 28 de Junho de 2013. — A Conservadora,  
*Francisca Fernandes Marta de Carvalho.* (13-20902-B01)